

VOL. I—1.º ANO

PELA GREI

REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL

PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR, ANTONIO SÉRGIO

Orgão da Liga de Acção Nacional

N.º I

SUMARIO

Do intuito e natureza desta revista. A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA: *A capacidade organica e as condições sociais da Grei*, por Silva Telles. A SITUAÇÃO ECONÓMICA: *Falencia: I, Factos e deduções; (II, Causas; III, Remedios)*, por Ezequiel de Campos. A SITUAÇÃO FINANCEIRA: *Entrevista com o sr. Barros Queiroz*. A SITUAÇÃO MORAL E SOCIAL: *Do Regionalismo*, por João Perestrello; *Da opinião pública e da competencia em Democracia*, por Antonio Sérgio. A SITUAÇÃO INTELECTUAL: *O problema das Bibliotecas em Portugal*, por Raul Proença. A SITUAÇÃO POLITICA: *A oportunidade oferecida pelo 8 de Dezembro*, por F. Reis Santos. DEPOIMENTOS: *A nossa instrução primaria, vista através dos exames*, por A. Reis Machado. COMENTARIOS: *Factos e Ideas*. A LIGA DE ACÇÃO NACIONAL.

LISBOA

NA OFICINA DO ANUARIO COMERCIAL

1918

VOL. I. N.º ANO

PELA GREE

REVISTA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL
PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSISTENTE

Director: ANTONIO SÉRGIO

Órgão da Liga de Acção Nacional

N.º 1

SUMARIO

De sumario e natureza desta revista. A situação demográfica. Os co-
nhecimentos orgânicos e as condições sociais da GREE, por Silva Torres.
A situação económica: I. Indústria; II. Agricultura e pecuária; III. Comércio.
III. (Kawachi), por Expediente de Campos. A situação social e
cultural: Intervenção com o seu Pastor (Jornal). A situação moral e
social: Do Regeneracionismo, por João Pestalho; Da opinião pu-
blica e da democracia em Portugal, por Antonio Sérgio. A si-
tuação intelectual: O problema das bibliotecas em Portugal,
por José Pinheiro. A situação política: A oportunidade de intervenção
pelo 8 de Dezembro, por F. Reis Santos. Documentos: A nossa
missão primeira, seis artigos dos autores, por A. Reis Machado.
de Comentários: Factos e lenda. A Liga de Acção Nacional.

LISBOA

NA OFFICINA DO ANUÁRIO COMERCIAL

1918

PELA GREI

REVISTA PARA O ERSURGIMENTO NACIONAL
PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR E EDITOR ANTONIO SERGIO	N.º 1 1.º ANO — 1918	SECRETARIO A. REIS MACHADO
COMP. E IMP. NA TIPOGRAFIA DO ANUARIO COMERCIAL, PRAÇA DOS RESTAURADORES, 24		

Do intuito e natureza desta Revista

PELA GREI, quer dizer: pela Nação, pelo Povo, pela Comunidade portuguesa; a GREI não é só a colecção, ou uma colecção de indivíduos que falam a nossa língua e vivem sob o governo do Estado português, na metrópole e fóra dela, desde Macau ao Brasil e desde Timor às Sandwich; a GREI é sobretudo essa grande família quando considerada no aspecto moral que faz dela um todo, com sentimentos, ideas e aspirações comuns; é até a consciência social de cada um dos seus indivíduos, na medida em que elle sente o bem e o mal da comunidade, se regosija com as suas venturas, se indigna contra os vícios e contra os erros causadores das suas desgraças, e é um representante e um portavoz sincero dessas ideas, desejos, sentimentos, aspirações. Assim definida, raros Portuguezes haverá que não pertençam à GREI, que não participem dela; mas nem todos o somos igualmente, e talvez nenhum de nós o consiga ser por completo, em todos os momentos, em todas as situações, como não há homem religioso que se não sinta pecador, sendo mesmo que o sentimento do pecado é um dos elementos primaciais da consciência religiosa.

Considerada não já no seu aspecto moral, mas na matéria que a compõe, a GREI é o conjunto de nós todos, e todos lhe pertencemos igualmente, todos dependentes, como estamos, das vicissitudes da Nação.

Trabalhar pois pela GREI é trabalhar pela consciência de comunidade e pelo interêsse da comunidade, e, subsidiariamente, contra todos os sentimentos e acções que traem o interêsse da comunidade; trabalhar pela GREI é trabalhar por nós próprios, visto que as ideas, os desejos

e os sentimentos sociais são uma parte integrante da consciência do indivíduo, e que a sua vida está dependente, no material e no moral, de todas as manifestações e alternativas da grei a que pertence; trabalhar pela GREI é trabalhar pelo Povo, na aceção espiritual e compreensiva desta palavra, em que nos incluímos todos nós, — se bem que nem todos no mesmo grau e nos vários aspectos da sua vida, não dependendo esse grau da classe social do indivíduo, mas da sua consciência moral de participante da comunidade.

Pois bem: neste escuríssimo momento em que nos encontramos, é-nos necessária a consciência plena dessa impreterível união do indivíduo e de uma grei, — união que não dita como um dever o sacrifício real do indivíduo, porisso que estabelece, pelo contrário, uma clausula para o desenvolvimento da sua verdadeira personalidade. Quem não se sentir da GREI e não trabalhar por ela ajuda a despenhar-se a si, a seus filhos, a Portugal, numa cratera de perdição. Seria repetir uma banalidade o dizer que o instante é difficilimo, pelas ameaças internas e externas que impendem sobre nós (e entre elas a da perda das colonias, qualquer que seja o desfecho da guerra mundial): — mas se todos imediatamente se convencem disto, nem todos pensam (e deveriam pensar) que é possível a cada Português o trabalhar pela GREI, num esforço comum que poderá salvar-nos, — quando se veja a realidade, e quando se saiba querer.

2

Quando se veja a realidade. Aqui, um parêntesis. Entre os elementos dessa realidade, leitor, figura como perspectiva o assalto, a anarquia, o estupro, o incêndio, o roubo, a bacanal da plebe desenfreada (e desenfreada, o que pior é, com razões para isso). Já tiveste uma ligeira amostra desse quadro. Imaginaste então coisas horríveis; e hoje (quem sabe?) esqueceste tudo. Pois vimos-te pedir que não te esqueças, porque seria uma loucura. Procede como um homem inteligente, e não como uma ventoinha frivolíssima; não imagines sobretudo que podes prosperar como um verme sobre o cadaver da Nação; quando o terramoto estrondear por fim, o verme e o cadaver serão esmagados igualmente.

Dir-nos-hás que é uma quimera vir falar, nesta ocasião, de acção comum e de Concordia. Respondemos que existe, da tua parte, uma quimera maior ainda: o supor que é possível escapar sem ela; supor que é possível prolongar muito este estado crónico de guerra civil, nas circunstancias terríveis da economia nacional; não ver que a attitude e o procedimento adoptados até hoje pelos politicos e por nós todos geram essa guerra inevitavelmente; e que portanto, como o ponto final há-de vir, a

alternativa é esta: ou *de dentro* (de nós) pelo esforço comum, ou *de fóra*, pela pata estrangeira e numa cova, depois de algumas horas de pandemónio.

Encara o problema virilmente, e prossegue — se tens paciência — a leitura interrompida.

3

Existe, desde há um século, uma crise portuguesa, aberta pelas invasões napoleónicas e pela perda do Brasil: crise que por um lado é a da vida orgânica da Nação, a da política, a da ordem pública, e que por isso todos sentem e todos vêem; crise que por outro lado tem um aspecto mais profundo, causa verdadeira do primeiro: a obliteração da consciência social em cada um dos Portugueses, pela falta de uma nítida compreensão dos interesses colectivos, como se êsses interesses colectivos não fossem os interesses de todos nós.

Sabe-se que dos recursos do Brasil vivia sobretudo Portugal, até à época da separação (1822). Da perda daquela colónia resultou a miséria no País, e conseqüentemente a luta civil. A Nação inteira se levantou contra os causadores da desgraça, os liberais; e no entanto, os liberais venceram. Quando? Quando Mousinho da Silveira deu a primeira idea precisa para a solução do problema: aumentar a produção da metrópole, restringir o parasitismo, e, para isso, libertar a agricultura dos exploradores que a asfixiavam, — dos agentes do comendador e do prelado, do capitão ou do cura, do donatário ou do alcaide-mor, exigindo um o dízimo, outro o quarto, outro o oitavo, do rendimento total de cada produto. «O decreto que proponho tem duas grandes sentenças gerais», escrevia Mousinho: «a primeira é aumentar a massa dos bens alodiais; a segunda é acabar a natureza dos bens destinados a tolher o nascimento da elevação moral.» Com a agricultura foram libertados a indústria, o comércio, os transportes, o capital, a propriedade. Foi a nossa única Revolução, desde que se abriu a crise até hoje; todas as outras perturbações políticas (incluindo a republicana de 1910) não atacaram mesmo de leve o problema português.

Mas as reformas liberais eram tão sómente uma condição prévia, negativa, da necessária reforma dos costumes; eliminaram-se as causas jurídicas do mal, não se criaram as condições educativas do bem correspondente. A Nação, que vivera até aí das riquezas coloniais, não podia entrar seguramente numa vida nova de trabalho sem um intenso, methodico esforço de educação, que a arrancasse ao hábito de esmolar do Estado, o qual por sua vez se alimentava do Brasil. Sobreveio por isso mesmo um longo período de guerras civis, em que o objectivo de cada bando era explorar em seu proveito a força do Estado e os seus dinheiros, estabe-

lecendo-se como norma política o assalto, mais ou menos violento, ao tesouro público, e como sistema consolidado a exploração do País por uma oligarquia politico-financeira, diante de uma burguesia descontente, criada pelo regime que se implantara.

Os movimentos políticos que se apresentaram, durante um seculo, com pretensões a resolver o problema, teem falhado até agora. Não desanimemos, porém: porque essas pseudo-soluções eram radicalmente viciadas, ou charlatanescas, ou estreitíssimas, atacando um só elemento de uma questão em que todos os elementos são solidários. Quási sempre se mascarou a doença á fôrça de empréstimos sucessivos cujo produto, deminutamente consagrado ás obras de fomento, servia sobretudo para acalmar a fome e a fúria dos descontentes, obtendo-se assim uma paz transitória, á custa do sossego e da riqueza das futuras gerações.

Os governantes melhor intencionados produziram reformas parciais, deitando aqui um remendo, além outro, como alguém que curasse uma tuberculose conservando o enfermo em occupações extenuantes, num mau ambiente, numa vida desregrada, mas dando-lhe um remedio para as dôres de cabeça, outro para a tosse, outro para os intestinos, etc., sem procurar estabelecer uma idea geral que explicasse os sintomas da doença, e um tratamento sistematico que, atacando a causa, aliviasse a um tempo todos os órgãos achacados. Continuou, portanto, a mesma viciosa estrutura economica e social; a mesma sceptica oligarquia entorpecendo com os seus abusos a mesma raquítica produção; o mesmo aperreamento do trabalho, claudicante e parasitado; o mesmo jogo de cambios vesgo e os mesmos juros usurários; o mesmo sistema de rendas, de hipotecas, de penhores; a mesma cegueira do povo ignaro e a mesma educação para parasitas, raiz e fruto de tudo mais.

Hoje, depois da guerra e dos seus encargos, a continuação desta estrutura significa a ruina irremediavel: irremediavel — e proxima.

Repetimos pois que é da maxima importancia não esquecer que as diferentes funções de uma sociedade são inter-dependentes e conexas, completamente entrelaçadas, não se compreendendo por exemplo uma reforma financeira que se não ligue logicamente a certo plano de fomento, a certa organização do ensino público, a determinadas maximas administrativas, e assim sucessivamente. Concretizando, a situação é esta: a guerra duplicará a divida pública, sendo-nos absolutamente impossivel, com a nossa organização economica e moral, satisfazer êsses encargos, obter o dinheiro necessário para os novos juros e amortizações. Sem uma mudança *imediate* de modo de vida, portanto, a derrocada é inevitavel. Por outro lado, comprometemo-nos na conferencia de Paris a adoptar imediatamente todas as providencias necessárias para manter a independencia economica, e desenvolver, em larga escala, a produção do país. Não realizando

nada disto, estamos-nos suicidando colectivamente e mentindo ás promessas que fizemos, crescendo que depois da guerra só uma robusta organização poderá resistir a estes dois males: perda dos mercados do inimigo, concorrência mais fácil dos aliados. Há pois necessidade inadiável de duplicar a produção do País, assegurando ao mesmo tempo um melhor equilíbrio das suas classes, uma mais justa distribuição dos encargos e benefícios, e actividades mais concordes para o bem da comunidade. Isto exige, imperativamente, transformações profundas e imediatas na estrutura social e na do Estado (onde tantíssimos elementos, e de vária espécie, concorrem para tolher e comprimir as saudáveis forças de produção, e agravar a voracidade do parasita a cada novo esforço do seu hóspede) e entre elas, em primeiro lugar, a difusão do crédito, pondo-o ao alcance de todas as classes produtoras e operárias. De aí se desfiaria, ponto por ponto, uma série de medidas financeiras (reforma do Banco de Portugal e da Caixa Geral dos Depósitos; desvio para as actividades produtoras dos capitais confiados aos estabelecimentos bancários do país, etc., etc.), a que se ligariam sistematicamente certas medidas de fomento (fornecimento de maquinismos, materias e garantias ás actividades agrícola, industrial e mineira; incitamento á exploração dos jazigos carboníferos e cursos de água; desenvolvimento dos transportes e reforma dos contractos de serviços públicos, etc.), correspondentes reformas sociais (generalização da riqueza com maior justiça distributiva dentro dos principios da propriedade; desenvolvimento do mutualismo, e outras) correlativas medidas pedagogicas (transformações nas escolas normais, no ensino primário, secundário e técnico; colaboração íntima da indústria e das escolas superiores, no sentido de estimular as iniciativas e as suas capacidades de criação; adopção de novos *metodos* de ensino, e, finalmente, preparação social do professor, do padre, do medico de aldeia) porisso que cada uma dessas medidas não poderá atingir o seu pleno efeito sem o concurso convergente de todas as outras.

E quem realizaria essas reformas?

Especialistas competentes apoiados num governo nacional, o qual se apoiaria por seu turno num movimento de opinião pública.

4

Fazer surgir da Nação uma idea bastante nítida do problema nacional; determinar segundo essa idea um plano coerente de reformas, *fôra de toda preocupação de politica partidária*; criar com esse trabalho uma opinião pública consciente, com que possa colaborar *qualquer* governo, de *qualquer* partido, uma vez que seja honesto: eis uma tarefa que não discutimos se será fácil ou difícil, mas que afirmamos resoluta-

mente ser *necessária*. O necessário impõe-se; e como não aparecem outros a tentá-lo, tentamo-lo nós.

Da falta de um trabalho prévio desta ordem (acrescida aos vícios dos dirigentes que o perverteram, com um jacobinismo sedição e ideas puramente destrutivas) resultou o fracasso do protesto nacional que teve como desfecho o 5 de Outubro. A' obra incoerente e aparatosa do governo provisorio seguiu-se um periodo de lutas mesquinhas e de profunda desmoralização. Nêsse estado nos colheu a guerra: e era tão froixo o espirito público que nem êsse facto estupendo conseguiu suscitar e fazer impôr-se um movimento nacional: a guerra originou, pelo contrário, uma desmoralização, uma desorganização, uma desintelligencia mais profundas.

Esta situação criou ao País um estado permanente de guerra civil: porque a guerra civil não aparece só no momento da bomba e da carabina; antes de se manifestar na praça pública já ela existe nas consciencias, desde que os homens do governo abusam do poder para gozo proprio, recorrendo depois á violencia contra os protestos da Nação. Pois essa idea da violencia continua a dominar em Portugal. E porquê? Porque defronte das clientelas preponderantes aparecem partidos ou clientelas, e nada mais: não existe, acima dos partidos, uma fôrça moral na sociedade portuguesa, uma opinião pública, um tribunal, uma consciencia da GREI, criada pela sua elite social em todos os campos de actividade, intensificada e esclarecida pelos seus escritores e publicistas.

Ora, já foram formuladas três condições prévias, decerto necessarias mas não suficientes, para poder tentar-se uma opinião pública e um entendimento durante a guerra, entendimento donde sairia uma reforma nacional; são as seguintes: a forma de governo republicana; a aliança tradicional com a Grã-Bretanha; o estabelecimento e a defesa da verdadeira Democracia, libertando-se a Republica, portanto, das taras jacobino-demagogicas.

Destas três ideas, a última tem caracteres especiais que importa fazer sobressair: ela diz a condição necessária á colaboração numa obra nacional, dentro da República, de todos os sinceros Portugueses; e exprime uma aspiração que se não realiza, como as outras duas, pelo simples acto de um momento: porque a Democracia verdadeira exige, *quotidianamente*, a acção politica *de todos*, e uma opinião pública que se faça ouvir sem necessidade do canhão.

«A acção politica de todos» não quiere dizer, evidentemente, que todos ingressem num partido; *bem pelo contrario*: trata-se de organizar uma fôrça politica que esteja acima dos partidos, e corresponda, por isso mesmo, ao significado filosofico da Politica, que é o de doutrina dos fins sociais, do conjunto de objectivos de uma comunidade. E' essa a tarefa que se impõe agora.

Mas o desviar-se a Republica da sua orientação jacobina, de sectarismo estreito, tirânico e negativo, é só a primeira condição de uma obra nacional, a que teremos de juntar as três seguintes:

2.^a Elaboração de um plano sistemático de reformas;

3.^a Acéitação provisoria do facto Republica por parte dos inimigos das instituições republicanas, atenta a gravidade da situação e o estado de guerra, e enquanto durar essa guerra;

4.^a Execução por parte dos governos de uma politica *nacional* e de *verdade* para com o Pais, de maneira que esses governos se não limitem a substituir a politica de um partido pela politica de outro partido, a preponderancia de uma clientela pela preponderancia de uma segunda.

Sob estas condições, parece-nos que *todos* os Portugueses, de qualquer partido, confissão, ou classe social, podem colaborar na obra necessaria para a salvação da nossa GREI.

¿E existem os elementos para essa colaboração? Cremos que sim, se bem que submersos e asfixiados por paixões antagonistas, e pela viciosa organização da sociedade portuguesa. Há decerto na burguesia a inteligencia para compreender a necessidade da acção comum; o operariado, por seu turno, elemento importantissimo da reforma, enunciou com sensatez os seus objectivos de colaboração; existe uma juventude generosa e afirmativa; e é de esperar uma acção fecunda dos que, combatendo em França, estão em contacto com um mundo novo. Que falta?

Falta que todos concordemente se decidam a intervir, apoiando um governo *nacional* disposto á Reforma que se impõe. ¿Aparecerá êsse governo nacional, que não sirva os interesses de um partido e governe o Pais com a verdade? ¿Quererá a Nação colaborar numa obra decidida de reforma? Se não tomarem êsse caminho, os governos desabarão estrondosamente; a Nação terá a sorte que tem a Rússia, e pior ainda. A situação não permite nem a «esperteza» nos governantes, nem o torpor nos governados.

5

Criação de uma opinião publica e de uma doutrina de fins sociais; *a verdade no governo* e a consciencia na Nação: repetimos que começará por esse ponto a verdadeira faina construtora. Por se não haver formado nem uma, nem outra cousa, perduraram na Republica, e agravaram-se mesmo, tantos vicios, tantos erros, do presente e do passado, cuja responsabilidade é colectiva, se bem que desigualmente distribuida pelos Portugueses actuais. Tratemos pois de conseguir que enfim a GREI se realize; quere dizer: tirar a consciencia nacional do estado nebuloso em que se apresenta, atormentada, expectante, nos espiritos indecisos de muitos homens isolados. Sentem-se por toda a parte os anseios de Ressurgimento, — par-

ciais, sem sistema e sem objecto definido: estado dispersivo da consciencia portuguesa que anda adstrito á inexistencia de uma vontade colectiva, á falta evidente de uma opinião pública, á indeterminação ou á carência de objectivos de comunidade. Cumpre porisso mesmo polarizar o espirito público, os desejos vagos, as aspirações indefinidas, sistematizando as ideas e associando os esforços (por meio da revista, de conferencias, de congressos) para criar uma opinião efectiva e consciente, dirigida a objectivos nacionais, pela qual a Nação se imponha ao Estado; uma opinião que (segundo um pensamento de Herculano a que nos referimos alhures) encarne em *todos* os modos de ser da sociedade, afim de que sirva cada um deles para a fazer triunfar, — pois que são interdependentes e conexas, como dissemos, todas as actividades e funções sociais.

Antes de tudo, pedimos que cada um se não absorva nas suas preferencias partidárias, ou que não veja, de todo passivo perante a coisa pública, só o seu interêsse immediato, — pois que, se todos êsses interêsses individuais são necessários e legítimos, é certo que a si mesmos se prejudicam se se não criar ao mesmo tempo um ponto de vista colectivo, que os enfeixe e os coordene: bastam uns minutos de anarquia para demonstrar ao mais obtuso quanto o interesse do individuo está dependente do estado social. E' êsse ponto de vista superior, fóra e acima das classes e dos partidos (e indispensável por isso mesmo aos verdadeiros interêsses de cada um) que nós desejamos que se manifeste, que tenha representantes e um órgão.

A' simples agitação das paixões políticas importa opôr, em vez de paixões e agitações, um pensar colectivo de organização; substituir ás ideologias vagas, essencialmente partidárias e essencialmente dissolventes, a consideração das reformas concretas necessárias ao país, — reformas que não sejam parciais, dispersas, desconexas, mas coordenadas num plano de conjunto sôbre as necessidades reais da GREI. Só com um preparo conveniente, moral e intellectual, enquadrando as forças da sociedade em comuns objectivos, ligando os interêsses particulares, se poderia elevá-los e transformá-los em participantes de uma acção fecunda; só ele poderia desfazer o dominante antagonismo (renitente a todas as revoluções políticas) entre a Nação e o Estado, o qual até hoje tem sido, não um coordenador, mas o explorador do País, o seu tirano, e a arma formidável dos audaciosos sem escrúpulos. Um *sentimento* que enfeixe individuos, classes e partidos numa aspiração colectiva superior, que se imponha ao Estado, e um *trabalho de reflexão* que possa converter êsse sentimento em actos coordenados e inteligentes, e não numa simples agitação confusa ou num choque terrível de impulsões cegas: eis o que desejamos suscitar com a propaganda de uma revista.

O primeiro passo seria conhecer as necessidades do País e elaborar

o seu pensamento, para depois lho restituir já completo, coordenado e nítido, de maneira que a Nação encontrasse em nós a expressão consciente do seu proprio espirito, e nesta revista uma especie de guia que ela a si mesma se ditasse, depois de haver sondado e esclarecido as suas necessidades e aspirações. Para isso, iremos pedir aos especialistas as suas opiniões e os seus alvitres, sem soffrermos a influencia de quaisquer simpatias partidárias, que não temos; e em seguida (o que se não tem feito) procuraremos repensar essas ideas, para delas extrair, quanto possivel, um conjunto sistematico de reformas.

A realização dêste plano, evidentemente, não depende só da nossa vontade, por determinada e constante que ela seja. Uma obra nacional é a Nação que a realiza. E aqui surge a interrogação final: aproveitará ela a tentativa, desde já, ou mostrará ainda por mais tempo a incompreensão do seu proprio interesse? Por outras palavras: há decerto hoje no nosso País um número consideravel de individuos que não tenham abdicado da característica humana, que é a aspiração para um ideal e o desejo de o realizar; mas quererão eles sacudir, finalmente, a velha apatia dos homens honestos, e êsse abandono da vida pública ás intrigas das clientelas?

Se não quiserem, é certa a ruina; se quiserem, a salvação é certa. Mas decerto querem; decerto se não resignam ao suicidio; diga-nos no entanto que é fundamentada a nossa esperança, com a sua colaboração e o seu incentivo, cada leitor dêste primeiro número.

[E. Campos?]

«Quando o genero humano é agitado por uma idéa profundamente progressiva, forçoso é que essa idéa incarne em *todos* os modos de existir das sociedades, e que cada um deles sirva para a fazer triunfar.»

ALEXANDRE HERCULANO.

«Portugal ou se reformará politica, intelectual e moralmente, ou deixará de existir. Mas a reforma, para ser efectiva e fecunda, deve partir de dentro e do mais fundo do nosso ser colectivo; deve ser, antes de tudo, uma reforma dos sentimentos e dos costumes... Apelar para a concordia de todas as vontades leais, num pensamento de liberdade, de conciliação, de exame.»

ANTERO DE QUENTAL.

A SITUAÇÃO DEMOGRAFICA

A capacidade organica e as condições sociais da Grei

O ultimo recenseamento de Portugal fornece documentos valiosos que confirmam o que dissemos, em 1908, a respeito da gente portuguesa, baseando-nos nos dados colhidos no recenseamento de 1900 (1): «A população portuguesa é vigorosa, mas faltam-lhe neste momento instituições sociais que favoreçam o seu crescimento.» Para justificar esta asserção, limitar-nos-hemos a indicar muito sumariamente as conclusões a que chegámos em relação á capacidade organica da população.

a) *Distribuição*. E' desigual, comparando as terras ao norte do Tejo com as do sul do mesmo rio. E' um facto observado em todas as estatisticas, analogo ao que se nota em todos os paizes. Razões geograficas, climaticas, economicas e politicas explicam-no suficientemente. Na Espanha a desproporção ainda é mais notavel.

b) *Despovoamento rural*. Não ha pletóra nas cidades nem despovoamento rural em beneficio destas, como em regra se afirma. As nossas cidades não constituem centros importantes de atracção. Com excepção de Lisboa, que contém 51 por cento da população do distrito, e o Porto, 28,5 por cento, as capitais distritais representam um pouco mais de 4 por cento da população das respectivas circunscrições politicas. Os centros industriais de Setubal (30:346 habitantes) e Covilhã (15:745) teem uma acção relativamente insignificante sobre as regiões em volta. O exame da população total do continente português mostra que os habitantes das cidades (*coeficiente demologico* das cidades) constituem 10,4 por cento da massa geral do país, percentagem muito inferior á das nações do norte e centro da Europa. Algumas das nossas cidades exercem, quanto á massa da população distrital, uma influencia minima. Leiria, por exemplo, tem só 1,8 por cento; Vizeu, 1,9 %; Guarda, 2,4 %; Vila Rial, 2,7 %. Nas Ilhas adjacentes as condições da existencia da população são diferentes, e traduzem-se nas seguintes percentagens: Horta, 12,1 % (por cento); Ponta Delgada, 13,2 %; Angra, 14,3 %; e Funchal 16,3 %.

c) *Natalidade*. Analizando os algarismos que se referem á

(1) Notas sobre Portugal. Introdução Geografica, pag. 54. Imprensa Nacional.

reprodução portuguesa, vê-se que a natalidade é, no maior numero dos distritos, superior nos concelhos rurais, apesar da assistencia, sob todos os seus aspectos, ser incomparavelmente inferior á dos concelhos-centrais (da capital do distrito). A natalidade oscila entre 27‰ (por mil habitantes, em cada ano), como na cidade de Lisboa, e 38,8‰ como em Beja. A média geral do país é de 32,5‰ (por ano), superior á dos restantes países da civilização latina. Pela densidade da população ocupamos o 11.º lugar entre 24 paizes europeus; quanto ao *coeficiente da natalidade*, a nossa situação demografica é aproximadamente identica. Devemos porém acrescentar que a média de 32,5‰ não traduz a verdade inteira, porque em nove dos 17 distritos continentais essa percentagem oscila entre 33‰ e 38‰, e em outros o abaixamento da natalidade ou provém da grande emigração masculina, como em Viana do Castelo, ou de factores de ordens diversas, como em Lisboa (27 por 1000). Em Portugal a percentagem das familias com mais de dois filhos é consideravel, principalmente nos concelhos rurais. Em materia demografica pode por isso a nossa receita considerar-se, segundo o ultimo recenseamento, de valor muito apreciavel.

d) *Mortalidade*. Para um estudo da mortalidade ser completo deve ser referido ás idades. Pode-se dizer que a nossa mortalidade infantil é maior nos concelhos rurais que nas cidades, mas a mortalidade geral segue a ordem inversa. Tanto nos concelhos centrais como nos concelhos rurais é porém muito elevada; a média oscila entre 15,5‰ (por 1:000 habitantes e por ano) e 26,7‰, e a média geral atinge cerca de 20 por 1:000, o que representa, dadas as condições favoraveis do nosso clima, uma mortalidade consideravel. Se compararmos, por exemplo, o que se observa nos grandes centros urbanos, como Londres, com uma mortalidade de pouco mais de 14 por 1:000, apesar dos seus 7 milhões cerradamente aglomerados, e a nossa população regularmente esparsa, conclue-se imediatamente que ha vicios de organização social que explicam esta diferença da mortalidade, vicios muito mais sensiveis em Lisboa, com um *coeficiente de mortalidade* de 22,8 por 1:000, e no Porto, com 27‰.

e) *Saldo da população*. A relação entre a mortalidade e a natalidade não traduz o saldo. Em Lisboa, por exemplo, essa relação é de 846 por 1:000, isto é, na primeira cidade portuguesa, onde se encontram confluidas as principais energias nacionais, a mortalidade está para a natalidade na razão de 84,6 para 100, o que é absolutamente deprimente como sinal revelador da nossa

incuria ou da nossa ignorancia; no Porto, segunda cidade portuguesa, a relação é de 71,7 para 100 e a média geral em todo o país é superior 60 para 100.

Mas todos estes Algarismos, que traduzem erros sociais profundos, agravam-se com a emigração. A emigração total calculada no decenio de 1900 a 1911 foi de 348:000 habitantes e o *saldo* de 749:370 (incluindo as ilhas adjacentes); mas a emigração, a começar de 1910, triplicou, de modo que a média anual do crescimento da população, ou *saldo*, que fôra de 10,3 por 1000, deverá revelar no recenseamento de 1920, referido ao decenio de 1910-1920, a insignificancia de pouco mais de 3 por 1000 habitantes, se a emigração se conservar como se apresenta e nós continuarmos despreocupadamente a não estudar os problemas sociaes que se prendem com a vida organica da nossa população. E se acrescentarmos a estes desastres os effeitos das guerras na Europa e na Africa, comprehende-se qual o futuro sombrio que espera a GREI portuguesa. A *nossa contribuição da morte* é elevadissima. Em Bragança, por exemplo, a relação entre o numero dos que morrem e o numero dos que nascem é de 78 por 100; na Guarda, 73,3; em Vila Real, 72,9; em Vizeu, 70,3 e em Lisboa, capital do país, o *saldo* é unicamente de 4,2 por 1000 habitantes! É simplesmente pavoroso!

Entregámo-nos ao trabalho de calcular para cada concelho central (com a capital do distrito) e para os concelhos ruraes os seguintes documentos demograficos: *coeficiente da natalidade* (numero de nascimentos por 1000 habitantes), *coeficiente da mortalidade* (numero de mortos por 1000 habitantes), *relação centesimal entre a mortalidade e a natalidade* (numero de mortos por 100 nascimentos), *coeficiente da emigração* (numero de emigrantes por 1000 habitantes) e o *saldo efectivo* ou *coeficiente do crescimento da população*. Do estudo a que procedemos, chegámos á conclusão de que possuímos uma construção organica forte, somos uma massa humana de notavel plasticidade, porém mal estudada e peor dirigida, e que, apesar de tudo, resiste á desorganização e á incompetencia que presidem á nossa administração.

Da documentação demografica surgem muitos problemas a resolver: a reorganização dos municipios, a criação de uma assistencia *scientific*, o combate á incultura dos dirigentes, a propaganda em beneficio da colonização da terra portuguesa continental, a transformação radical das associações de socorros mutuos e outras iniciativas de egual valor.

SILVA TELLES.

A SITUAÇÃO ECONOMICA

Falencia ⁽¹⁾

I — FACTOS E DEDUCÇÕES

De ha muito não temos producção sufficiente do que é mais fundamental para a nossa vida: cereaes panificaveis, arroz, carne, açúcar, couros, lã, fibras vegetaes, sementes oleosas, carvão, ferro, aço e outros metaes, cimento, potassa, nitro, adubos agricolas...

Não se dava importancia a estas bagatelas. Os estrangeiros abasteciam-nos facilmente de tudo o que não sabiamos produzir; o Brazil, estrangeiro tambem, enviava-nos automaticamente o dinheiro que nos faltava para o equilibrio financeiro: e assim providos de tudo, não davamos pelos males de não produzirmos muitas coisas de imperiosa necessidade.

O Comercio Geral apresentou um aspecto alarmante desde antes de 1900, pois embora o Total fosse notavelmente crescente desde 1897, a Exportação veiu d'ali até ao ano de 1914, em que começou a guerra, com tendencia para o estacionamento, enquanto a Importação foi constantemente a crescer. De 1870 até 1897 a Exportação differiu pouco da Importação, mantendo-se paralelas as linhas representativas dos seus valores: depois deu-se bruscamente a divergencia, agravando-se a Importação, estacionando a Exportação geral (Vidè quadros numericos e graficos do movimento comercial, no comercio geral, do *Comercio e Navegação*, especialmente os volumes de 1912 e 1914).

O Comercio Especial apresentou ainda com mais nitidez o mesmo aspecto alarmante (Vidè *ibid.*). A Exportação no Comercio Especial atingia em 1880 a cifra de 24.657 contos; em 1913 a cifra de 35.286 contos: pela segunda vez (com 1910) a casa dos 35.000 contos, com um aumento de só 10.629 contos em 33 anos.

(1) Em quatro ou cinco artigos que serão publicados a seguir com o titulo **Falencia**, o auctor occupar-se-ha da nossa situação economica, conforme este plano geral:
I — *Factos e Deducções*: — Analyse do movimento comercial da Metropole na ultima decada antes da guerra actual. — Efeitos da guerra. — A Falencia economica.

II — *Causa da Crise Economica*: — A Grei ainda não se adaptou á Terra nacional.

III — *Remedios da Crise Economica*: — A descoberta e a conquista do nosso paiz na Iberia, e das nossas terras coloniaes.

Ao passo que a Importação em 1880 foi de 32.330 contos; e em 1913 mostrou o valor anormal de 88.978 contos — ainda acima da casa dos 75.000 contos, mal atingida pela primeira vez em 1912: um augmento de 56.648 contos. — Na decada de 1895 a 1905 a Exportação nacional e nacionalisada apenas augmentou de 26.960,8 contos, para 28.969,0; enquanto a Importação para consumo passava de 39.841,0 contos para 60.678,3 contos: em contraposição ao augmento miseravel de 2.008,2 contos na Exportação nacional e nacionalisada, havia o augmento notavel de 20.837,3 na Importação para consumo — dez vezes maior que o da Exportação.

— Portugal não correspondeu com trabalho no paiz e comercio externo á importação agravada.

O Orçamento Geral do Estado, no mesmo periodo, cresceu muitissimo mais rapidamente a sua despeza total do que crescêra a Exportação nacional. Portugal definhou, embora o Comercio Geral tivesse augmentado muito.

*

Outra característica, tambem pouco lisongeira, que logo resalta do exame do nosso *Comercio e Navegação*, é a pequena exportação da Metropole para as Colonias. O Comercio Geral, quer na totalidade, quer com cada uma das Colonias (a não ser Cabo-Verde e as do Oriente) tem augmentado, e por vezes d'um modo notavel; mas a exportação da Metropole para elas vae claudicante e atrazada, a tender para o estacionamento: é sempre a mercadoria do estrangeiro que predomina vantajadamente aquem e alem mar (Vidè os quadros do Movimento comercial entre a Metropole e as Colonias, no Comercio Geral e Especial). Em contos:

Ano	EXPORTAÇÃO		COMERCIO TOTAL
	Com. Geral	Com. Especial	
1893.....	5.097,1	2.095,1	12.576,4
1895.....	4.602,0	2.632,7	12.427,6
1900.....	8.174,9	5.525,7	18.777,3
1905.....	6.712,0	4.877,9	19.385,6
1910.....	9.447,0	6.299,9	27.803,0
1913.....	9.286,5	5.004,0	23.000,0
1914.....	8.671,8	5.189,7	24.618,0

Falida a aguardente de Angola, nos ultimos tres lustros depois de 1900 a nossa exportação para as Colonias estacionou: o crescimento fabril da Metropole não encontra logar propicio de comercio nas Colonias.

*

A Estatística Comercial regista como media anual na ultima decada antes da guerra, de 1903 a 1914:

MOVIMENTO COMERCIAL POR CLASSES DA PAUTA

Diferenças entre os valores da Importação para consumo e os da Exportação nacional e nacionalisada:

	Contos
1. ^a Animaes vivos	882,2 <i>superavit</i>
2. ^a Materias primas para as artes e industrias	21.618,9 <i>deficit</i>
3. ^a Fios, tecidos, feltros e respectivas obras	5.471,3 »
4. ^a Substancias alimenticias	19,8 »
5. ^a Aparelhos, instrumentos, maquinas e utensilios empregados na sciencia, nas artes, na industria e na agricultura; armas, embarcações e vehiculos	5.952,4 »
6. ^a Manufacturas diversas	3.540,3 »
Taras	126,0 »

Só os animaes vivos dão *superavit* estatistico.

O *deficit* maior é o das materias primas para as artes e industrias.

O *deficit* menor o das substancias alimenticias.

A soma d'estes *deficits* anuaes das classes da pauta dá como media anual da decada **36.602,7** contos de *deficit* referente ao consumo, contra um *superavit* **882,2** contos da exportação nacional e nacionalisada.

Os numeros dispensam apreciações. Por mais correctivos que experimentem para se aproximarem de supostas verdades, ainda clamarão alto o nosso desequilibrio na produção e na troca de volores.

Classe I — Animaes vivos. — Apresentaram *deficit* (22,3 contos) apenas em 1905. O *superavit* variou na decada do minimo 78,6 contos em 1910, ao maximo 1.538,2 contos em 1904. Em 1914 foi 495,1 contos.

Na decada 1903-1914 houve na importação para consumo e na exportação nacional e nacionalisada, em media anual:

	Cabeças	Contos
Gado asinino	2.736 <i>superavit</i>	30,7 <i>superavit</i>
Gado caprino	75.222 »	151,9 »
Gado cavalari	165 »	48,9 <i>deficit</i>
Gado lanigero	304.553 »	579,1 <i>superavit</i>
Gado muar	373 »	34,9 »
Gado suino	5.073 <i>deficit</i>	19,5 <i>deficit</i>
Gado vacum	27.753 »	507,4 »
Animaes vivos não classificados	1.573.544 <i>superavit</i>	661,7 <i>superavit</i>

Mostra a estatística que os *superavits* mais importantes se deram no gado lanigero, caprino e animaes vivos não classificados (especialmente galinhas); que o *deficit* maior foi o do gado vacum.

— A pastagem *natural* produziu o melhor da nossa riqueza pecuaria valorisada na exportação: ovelhas, cabras, burros... A forragem *cultivada* não deu carne de vaca bastante para a gente. E' a conclusão insofismavel do movimento comercial d'esta classe da pauta, por mais descontos e modificações que se façam nos numeros.

Classe II—Materias primas para as Artes e Industrias.—Apresentaram sempre *deficit* que na decada variou do minimo 17.263,6 contos em 1906, ao maximo 27.081,9 contos em 1913. Em 1914 foi 22.095,7 contos.

Por ano, na ultima decada antes da guerra actual:

	Importação para consumo	Exportação nacional e nacionalisada
Materias primas animaes	3.500 a 5.300 contos	300 a 600 contos
Materias primas vegetaes	9.000 a 11.800 »	3.800 a 5.500 »
Materias primas mineraes.....	5.700 a 7.600 »	1.200 a 1.900 »
Metaes.....	4.700 a 7.400 »	60 a 210 »
Productos quimicos.....	1.400 a 2.100 »	310 a 400 »
Materias primas diversas.....	1.300 a 2.600 »	150 a 340 »

*

Materias primas animaes de maior valor:

A *Lã* teve de importação media anual:

Lã em rama.....	2.458,6 Ton.	1.277,1 contos
Lã artif. de trapo.....	687,4 »	233,0 »
Importação média anual.....		1.510,1 »

Exportação

Lã em rama lavada.....	580,2 Ton.	89,1 contos
Lã em rama lavada.....	536,5 »	45,6 »
Exportação média anual.....		134,7 »

Deficit médio anual..... 1.375,4 contos

O valor do nosso *superavit* medio anual de gado lanigero foi menor que metade do nosso *deficit* medio anual de lã: embora abastecidos (mal) de carne de carneiro, não tivemos lã bastante para o consumo; muito longe d'isso até.

— Novamente a pastagem natural faliu: não nos deu carne bastante para nos alimentarmos; não nos deu lã suficiente para nos vestirmos.

As *Peles* apresentaram em media anual:

Importação

Peles ou couros, em bruto ou prepar., verdes	84,4 ton.	23,8 contos
» » » » » » » secos..	2.691,6 »	1.210,4 »
» » » curtidos.....	265,4 »	767,3 »
Importação média anual.....		2.001,5 »

Exportação

Peles em bruto.....	1.489,8 ton.	286,2 contos
Peles curtidas.....	420,8 »	22,4 »
Exportação média anual.....		308,6 »
<i>Deficit</i> médio anual.....		1.692,9 contos

Tendo faltado gado *vacum* para alimento, no valor de mais de 500 contos por ano, faltou-nos tambem peles e couros para o calçado em valor acima do triplo do *deficit* da carne de vaca.

Os *Pêlos* a importação anual para consumo de 112,2 ton. em 221,0 contos. — A materia prima especial para chapéus deunos um *deficit* medio anual comparavel ao quinto do *deficit* de lã.

Os *Oleos e gorduras animaes* (excepto banha, unto e margarina) uma importação media anual de 1.669,0 ton. valorizadas em 247,6 contos; contra uma exportação de azeite de peixe de 509,2 ton. em 29,5 contos. — Um *deficit* anual 218,1 contos.

A esta serie de *deficits* juntando 88,2 contos da importação de *tripas salgadas ou secas* (valor que é cerca de metade do da exportação de carne fresca ou preparada e toucinho, e que por isso não é utilizado convenientemente na exportação de produtos nacionaes, mas quasi só para gasto interno); mais o *deficit* medio anual de 41,7 contos de *despojos* ou *produtos não especificados*; contrabalançando apenas com 3,1 contos da media anual da exportação de *seda em casulos*, teremos os traços maiores do quadro da nossa situação comercial quanto a materias primas animaes.

— Em conjuncto tivemos, só n'estes mais necessarios, um *deficit* anual, na ultima década antes da guerra actual, não inferior a 3.637 contos.

*

Materias primas vegetaes de maior valor :

O *Algodão* mostrou um *deficit* medio anual de 16.148 ton. em **4.736,3** contos.

As *sementes oleosas* — 23.113 ton. — 1.276,0 contos. Acresceram *oleos vegetaes fixos*, liquidos e concretos que deram respectivamente 15,1 e 171,8 contos, ou um *deficit* de 186,9 contos por ano; subindo assim o *deficit* de sementes oleosas e oleos vegetaes a 1.462,9 contos anuaes.

As *aduelas* — 5.127 milheiros — 915,1 contos.

A *Madeira* uma importação media anual :

Madeira em bruto para marcenaria 5.254,2 ton.....	151,3	contos
Madeira ordin. em vigas e pranchas — 22,14 milhares de m ³ ...	232,5	»
Madeira ordin. serrada — 40,08 milhares de m ³	461,9	»
Importação média anual.....	845,7	»

E uma exportação de :

Madeira em bruto.....	237,9 milhares de ton.	638,4	contos
Madeira em barrotes.....	5.250,5 milhares de metros	57,0	»
Tabuado.....	3.388,1 » » »	77,3	»
Vigas, vigotas, longrinas e tra- ves.....	3.501,4 » » »	47,6	»
N'um valor total por ano de.....		820,3	»

Havendo assim um *deficit* anual estatistico de 25,4 contos em madeira, como materia prima.

O *Tabaco em folha* um *deficit* medio anual de 2.824,4 ton. valorisadas em 715,2 contos.

O *Linho e fibras similares* :

Linho e canhamo em rama.....	1.814,4 ton.	323,6	contos
Fibras testeis similares ao linho.....	233,2 »	51,2	»
<i>Deficit</i> médio anual.....		374,8	»

Em conjuncto, n'estas materias primas vegetaes mais importantes tivemos um *deficit* anual de **8.229,7** contos.

Só a *Cortiça* apresentou valor notavel na exportação d'este grupo :

Em aparas e virgem.....	24,1 milhares de ton.	292,5	contos
Em bruto e em pranchas.....	39,2 » » »	2.951,6	»
Em quadros.....	426,3 ton.	67,4	»
Serradura de cortiça.....	1.466,3 »	26,4	»
Exportação média anual.....		3.337,9	»

Materiaes primas mineraes de maior valor:

O *Carvão* apresentou a importação media anual:

Carvão de pedra	1.142,7 milhares de ton.	4.218,9 contos
Carvão de coke.....	35,7 " " "	158,4 " "
Importação anual.....		4.377,3 " "

E uma exportação de 9,6 milhares de ton. — 41,7 contos.
 Havendo assim um *deficit* medio anual de **4.335,6** contos.

Os *Oleos mineraes* leves para iluminação mostraram no lustro 1903-1914 uma importação total de 72.274 ton. no valor de 2.483 contos; e no lustro seguinte até 1914, uma importação de 109.517,7 metros cubicos no valor de 2.630 contos. — Um *deficit* medio anual de 511,3 contos.

Os oleos mineraes pesados para lubrificação uma media anual na importação de 7.522,6 ton. em 226,3 contos.

Tendo havido assim no conjuncto dos oleos mineraes, não contando a parafina purificada, um *deficit* anual de 737,6 contos.

O *cimento*, a cal hydraulica e a pozolana deram uma importação media anual de 25.024,5 ton. valorisadas em 202,6 contos. Tendo havido em paralelo uma exportação anual de 4.415,4 ton. de cal em pedra e em pó no valor medio de 15,3 contos.

Deficit anual medio de cimento e cal — 187,3 contos.

Em conjuncto, n'estas tres materias primas mineraes mais importantes houve um *deficit* de **5.260** contos.

Na exportação, como mais importantes:

Minerio de cobre	369,7 milhares de ton.	1.057,8 contos
Minerios não especificados.....	3,7 " " "	215,2 " "

*

Metaes de maior valor: Importação de Aço e Ferro

Aço fundido, laminado, não espec.....	12.702,9 ton.	495,4 contos
Ferro fundido, batido ou lam. em bruto.....	61.674,0 " "	1.955,8 " "
Ferro batido ou lam. estanh., etc.....	17.115,6 " "	1.105,3 " "
Ferro em fio, simples, polido, etc.....	7.219,8 " "	311,3 " "
<i>Deficit</i> anual de aço e ferro.....		3.867,8 " "

Tendo havido a exportação de 3.496,8 ton. de *sucata de ferro* valorisadas em 13,4 contos, que reduz aquele *deficit* a **3.854,4** contos.

As importações de chumbo, cobre e estanho atingiram tambem valores importantes.

Produtos quimicos mais valiosos:

Os *sulfatos* de sodio, potassio e ferro numa importação media anual de 477,1 contos; os *alcalis causticos* 129,5 contos; os produtos quimicos não especificados 551,9 contos. Contra uma exportação muita reduzida de produtos do mesmo grupo, em que sobresahe o sal marinho.

Materiaes primas diversas mais valiosas:

Os *adubos para a agricultura* — importação media de 102.786,2 ton. valorizadas em 1.180,2 contos; contra um exportação anual (que só augmentára a partir de 1912) de 2.920,7 ton. em 18,2 contos. Ou *deficit* medio anual de 1.162,0 contos.

A *massa e as materias primas vegetaes para o fabrico do papel* uma importação de 7.491,0 ton. em 278,8 contos; enquanto a exportação estatistica deu só 2.106,8 ton. valorizadas em 21,4 contos.

Deficit de 257,4 contos por ano.

As *côres e tintas*, em pó ou em pedra não preparadas, um *deficit* de 399,6 contos anuaes.

Os *extractos tintorios* 181,7 contos de *deficit*.

*

Em conclusão: o exame da estatistica comercial das materias primas para as artes industrias mostra que:

— Estivemos muitissimo longe de tirar, quer do subsolo, quer da terra agricola, materias primas suficientes para o nosso consumo; nem ao menos d'aquelas para que temos condições muito favoraveis de produção;

— A nossa industria não foi capaz de produzir as materias primas fundamentaes para o restante trabalho fabril e para as construcções;

— A quasi totalidade da energia que movimentou a nossa industria, inclusive a dos transportes, foi importada em carvão;

— A agricultura esteve n'uma dependencia muito grande da importação de adubos.

*

Classe III — Fios, Tecidos, Feltros e respectivas obras. — Na decada antes da guerra apresentaram sempre *deficit*, que variou do minimo 4.406 contos em 1909, ao maximo 6.873 em 1913. O de 1914 foi igual a 5.411 contos.

Por ano, de 1903 a 1914:

	Importação para consumo	Exportação nacional e nacionalizada
Fios, tecidos, etc., de lã.....	870 a 1.100 contos	50 a 80 contos
» » » de seda.....	1.200 a 1.400 »	6 a 9 »
» » » de algodão...	3.000 a 3.900 »	860 a 2.600 »
» » » de linho.....	630 a 1.340 »	40 a 70 »
Productos de diversas orig. e na- tureza especial.....	500 a 700 »	100 a 300 »

*

Os **Fios, tecidos, etc. de Lã** não especificados deram uma importação anual media de $533,4 + 185,3 = 718,7$ contos, quasi sem conta na exportação correspondente.

*

De **seda** a importação em *rama, pêlo e trama* crúa, branqueada ou azulada, mostrou o valor medio anual de 16,5 ton., valorisadas em 130 contos; e as *ramas, pêlo e trama tintos* a importação media de 76,1 contos. Ou uma importação total de rama, pêlos e tramas valorisada em 206,1 contos, sem nenhuma exportação correspondente.

As *fitas e galões de seda* um deficit medio anual de 133,5 contos.

Os *tecidos não especificados* de seda pura 313,3 contos; os mixtos 217,4 contos.

*

Os **Fios, Tecidos, etc. de Algodão**, nos artigos mais valiosos, a importação media anual na decada de 1903-1914:

Fio simples, crú ou branqueado	73,8 contos
» » tinto ou estampado	16,8 »
» torcido, crú, branqueado ou tinto	255,9 »
Rendas e entremeios.....	184,4 »
Sarjas para estampar ou tingir.....	194,2 »
Tecidos tapados, lisos, crús.....	249,4 »
» » » branqueados.....	820,6 »
» adamascados ou assetinados, crús ou branqueados..	144,9 »
» » » tintos ou estampados ..	828,2 »
Tela e obra de malha e de ponto de meia	149,5 »
Importação média anua!.....	2.917,7 »

A exportação *Total* d'este grupo da Classe III da Pauta deu por ano, na decada:

Tecidos crús em peça.....	191,9 contos
» tintos e estampados	963,3 »
» em obra.....	163,7 »
Exportação média anual.....	1.318,9 »

*

Os **Fios, tecidos, etc. de Linho**, nos artigos mais valiosos, a importação media anual:

Fio de linho ou canhamo	147,1 contos
» para grossarias	100,7 »
» de juta ou similares	357,8 »
Importação média anual.....	604,8 »
Tecidos diversos não especificados.....	148,2 »

*

Os **Productos de diversas origens e natureza especial** apresentaram os *tecidos bordados* com uma importação media anual de 266,9 contos, contra uma exportação de 100,7 contos de tecidos bordados de algodão e 93,5 de linho; ou um *deficit* de 70,9 contos n'este artigo.

*

Em conclusão: o exame da estatistica comercial de Fios, Tecidos, Feltros e respectivas Obras mostra que:

— Todo o avantajado *deficit* — 1.375,4 contos por ano — de lã importada como materia prima, foi consumido (pode dizer-se) no paiz, sem que a industria de fiação e tecidos consiga uma aberta no comercio externo, porque ha o *deficit* de fios, tecidos, etc. de lã de perto de 1.000 contos por ano;

— Não tivemos, a bem dizer, nenhuma exportação de seda como materia prima; como não tivemos nenhuma exportação de fios e tecidos de seda; mas não nos dispensamos d'uma importação de bem mais de mil contos por ano de fios e tecidos de seda.

— Os fios e tecidos de algodão mostraram um *deficit* superior a 2.000 contos por ano, a crescer ao *deficit* anual de algodão materia prima que foi de 4.736 contos;

— Os fios e tecidos de linho apresentaram *deficits* anuaes

que chegaram a ultrapassar por muito *mil* contos; a acrescer ao *deficit* de 374,8 contos anuaes de linho materia prima;

— Os productos de diversas origens e natureza especial, em que figuram os tecidos bordados e os feltros, tambem não abo- nam a suficiencia nacional com os seus 500 ou mais contos de *deficit* a juntar aos 221,0 contos de importação de pêlos, mate- ria prima.

Em poucas palavras: a industria de fiação e tecidos — a que mais se desenvolveu á sombra da pauta proteccionista — só abas- teceu o mercado interno, e ainda assim muito deficientemente, empregando uma quantidade demasiadamente onerosa de mate- rias primas estrangeiras e energia motriz estrangeira.

*

Classe IV — Substancias Alimenticias. — Na decada antes da guerra, apresentaram, no movimento comercial referente ao con- sumo, ora *superavit*, que chegou a atingir 6.238 contos em 1911, ora *deficit* que chegou a atingir 5.495 contos em 1908. Em 1914 houve *deficit* de 4.946 contos. Em media anual na decada houve *deficit* de 19,8 contos.

Por ano, de 1903 a 1914:

	Importação para consumo	Exportação nacional e nacionalizada
Bebidas	120 a 150 contos	9.300 a 12.500 contos
Cereaes.....	910 a 11.400 »	270 a 440 »
Farinaceos.....	2.300 a 3.800 »	400 a 510 »
Generos chamados coloniaes.....	3.600 a 4.300 »	— —
Pescarias	4.000 a 4.800 »	440 a 990 »
Diversas substancias alimenticias...	520 a 1.300 »	4.000 a 5.300 »

*

As **Bebidas** tiveram no vinho o artigo mais valioso. Segundo a estatistica foi tambem o vinho que deu o maior valor á nossa exportação.

Vinho. — Exportação media anual:

Vinho comum, branco.....	1.011,3 milhares de decalitros	648,5 contos
» » tinto.....	5.680,7 » » »	3.804,1 »
Vinhos licorosos não men- cionados.....	173,9 » » »	197,0 »
Vinho da Madeira.....	269,7 » » »	625,4 »
» do Porto.....	2.564,5 » » »	5.538,8 »
Exportação média anual.....		10.813,8 »

A importação do vinho foi insignificante: em media anual 3,7 milhares de decal. valorizados em 37,5 contos.

*

Os **Cereaes** pela sua grande variação comercial. trazem com, os vinhos, a grande oscilação dos valores da classe substantancias alimenticias. Dos mais valiosos:

Importação de *Trigo* em grão, media anual 91.219,4 ton. valorizados em 4.029,6 contos. Em 1914 importaram-se 143.022 ton. em 6.126 contos.

A exportação da media anual da decada foi:

Trigo em grão.....	1,5 ton.	0,1 contos
Farinha de trigo	2.637,9 »	186,5 »

Em 1914 a exportação foi de 31,6 ton. de trigo em grão, avaliada em 2 contos; e 5.575,0 ton. de farinha de trigo avaliada em 538 contos.

Um *deficit* medio anual de trigo na decada 1903-1914 igual a **3.843** contos.

O milho uma importação media anual, verdadeiro *deficit*, de 36.761 ton. valorizadas em 1.119,0 contos.

*

Os **Farinaceos** tiveram como artigo mais valioso:

O *Arroz* que que apresentou um *deficit* medio anual de 25.833,1 ton. valorizados em 1.702,3 contos.

As *Batatas* uma importação para consumo, media anual de 10.796 ton. em 190,5 contos: e uma exportação nacional e nacionalisada de 14.172 ton. em 218,2 contos. — Vaires quasi equilibrados no comercio para consumo.

As *Favas* um *deficit* de 17.061,9 ton. em 534,1 contos.

*

Os **Generos chamados coloniaes** mais valiosos na importação para consumo foram:

O *açucar* com um *deficit* de 34.046 ton. em 2.616,9 contos.

O *café* e a *raiz de chicoria* um deficit de 3.086,7 toneladas em 674,2 contos.

*

As **Pescarias** apresentaram como mais valiosos:

O *Bacalhau* com um *deficit* de 29.194,8 ton. valorizadas em 3.938,6 contos. A que temos de juntar a Importação media anual de

Peixe não especif., sem preparo	6.143,2 ton.	425,7 contos
» » » salgado, prens. ou fum.....	298,0 »	56,9 »
Sardinha fresca, salgada ou prensada	701,7 »	41,0 »
Importação anual de peixe.....		523,6 »

A Exportação nacional e nacionalizada deu:

Peixe fresco e com sal, atum	1.000,9 ton.	85,5 contos
» » » » sardinha.....	8.656,6 »	461,1 »
» » » » não especificado	859,7 »	53,8 »
Exportação anual.....		600,4 »

Ainda que incluamos nas pescarias todo o peixe que exportamos em conservas, na decada (contado no grupo *Diversas Subst. Aliment.*) o que elevaria a exportação media anual de peixe a 2.577,6 contos, não eliminavamos o *deficit* proveniente do bacalhau: reduziámo-lo apenas a 1.884,6 contos.

*

As **Diversas substancias alimenticias** nos artigos mais valiosos apresentaram como medias anuaes na decada:

Importação

Carne não especif., fresca, seca e toucinho	282,9 ton.	74,8 contos
Conservas alimenticias.....	95,4 »	49,9 »
Importação anual.....		124,7 »

Exportação

Carne fresca ou preparada e toucinho.....	586,2 ton.	172,0 contos
Banha e unto	197,9 »	49,8 »
Exportação anual.....		221,8 »

Atum em conserva	1.705,1 ton.	200,1 contos
Sardinha em conserva	19.301,2 »	1.762,7 »
Peixe não especif. em conserva	112,9 »	14,4 »
Exportação anual.....		2.577,6

O *Azeite de oliveira* uma exportação media anual de 266,3 milhares de decalitros, valorizados em 561 contos.

O *Doce* uma importação media anual de 222,4 ton. em 94,2 contos: uma exportação de 156,6 ton. em 42,5 constos.

Das principaes *Fructas* a exportação de:

Alfarroba	11.656,4 ton.	147,5 contos
Amendoa com casca.....	777,7 "	75,4 "
" em miolo.....	1.178,4 "	291,3 "
Ananazes.....	1.124,5 milhares de fructos	340,6 "
Figos secos	51,0 milhares de quintaes	162,5 "
Uvas verdes.....	6.164,1 ton.	215,2 "
Exportação de ovos	20,7 milhões	209,8 "

*

Em conclusão: o vinho, que afinal não se pode considerar como um alimento fundamental, é que, pelo seu elevado valor na exportação, mascára a extrema penuria em que temos vivido dos alimentos solidos mais necessarios — de todo indispensaveis.

— A Terra portugueza não deu cereaes panificaveis sufficientes; não deu açúcar, não deu arroz, não deu favas; mal deu batatas para consumo; o mar não deu peixe bastante para se dispensar o bacalhau.

— Somente algumas fructas, especialmente fructas secas, e o azeite de oliveira seperabundaram. E este «meu laranjal em flôr sempre olorante» não exportou laranjas...

*

Classe V — Aparelhos, instrumentos, maquinas e utensilios empregados na sciencia, nas artes, na industria e na agricultura; armas, embarcações e vehiculos. — Apresentou na decada 1903-1914, *deficit* permanente, que variou de 4.366,8 contos em 1904 a 9.870,8 contos em 1913. O de 1914 foi igual a 6.089,1 contos.

N'esta classe sobresahiu a importação media anual de:

Aparelhos e maquinas industriaes	2.296,0 contos
Instrumentos, ferramentas e utensilios para as artes e officios e para a agricultura e jardinagem	414,2 "
Pianos, 593 por ano.....	158,9 "
Embarcações novas ou em estado de navegar, 39 por ano ...	538,4 "
Material circulante não espec. para C.º de F.º.....	465,0 "
Automoveis, 333 por ano	745,6 "
	4.618,1 "

Só n'estes artigos que estão representados (quando estão)

por insignificancias na exportação, um valor de 4.618,1 contos por ano.

*

Em conclusão: a industria nacional não fez senão muito poucas maquinas, ferramentas e utensilios para o trabalho da GREI. As de maior engenho, as de maior potencia e as de melhor rendimento vieram-nos do estrangeiro.

*

Classe VI—Manufactoras diversas.—Na decada 1903-1944, apresentou *deficit* permanente, que variou entre 2.832,0 contos em 1904 e 5,197,0 contos em 1913. O de 1914 foi igual a 3.960,0 contos.

Por ano, de 1903 a 1914

	Importação para consumo	Exportação nacional e nacionalizada
Obras de materias animaes.....	120 a 180 contos	* 10 a 13 contos
» » » vegetaes.....	380 a 790 »	1.000 a 1.160 »
» » » mineraes.....	600 a 900 »	60 a 90 »
» » metaes.....	1.500 a 2.200 »	680 a 1.800 »
Papel e obras de tipografia, etc.....	800 a 1.100 »	100 a 150 »
Obras de materias diversas.....	1.700 a 2.450 »	500 a 770 »

*

Nas **Obras de materias animais** sobressahiram as importações de despojos ou productos animaes não especificados, em obra não designada em outros artigos da pauta; as peles em cabelo, em obra, para adorno pessoal; e as peles ou couros em obra.

*

Nas **Obras de materias vegetaes**, cula importação vem sempre notavelmente crescente, sobressahiu a importação media anual de

Cautchu ou guta-percha em obra.....	276,3 contos
Madeira em obras diversas.....	141,4 »

Na exportação as *rolhas de cortiça* com 3.928,8 ton. valorizadas em 948.1 coutos.

Nas **Obras de materias mineraes** sobressahiu a importação media anual de:

Vidro ordinario em vasilhas.....	134,4 contos
» em chapas polidas.....	66,6 »
» em obra não especificada.....	252,7 »
Soma.....	453,7 »

Nas **Obras de metaes** foram notaveis as importações de cutilarias, aço em obra não especificada, de cobre e de ferro em obras. A exportação é enganadoramente elevada, devido á sahida da moeda de ouro e de prata que fazem o melhor d'ela.

*

De **Papel e obras de tipografia, etc.** salientou-se a importação media anual de

Impressos avulsos, gravuras e estampas.....	153,1 contos
Papel não especificado	196,7 »

*

Nas **Obras de materias diversas** sobresauiu a importação media anual de

Chapeus de qualquer especie	90,9 contos
Quinquilharias	234,8 »

Alem de botões, cordame, fio metalico coberto de isolador, flores artificiaes e plumas, medicamentos, oleados para tapete de casa, perfumarias e tabaco em ohra.

Em conclusão: mais uma vez a industria nacional se mostrou incapaz de nos abastecer de muitissimas coisas cujo *deficit* anual medio em 1903-1914 ultrapassou 3.500 contos. São artigos de luxo, em importação crescente; são artigos de uso domestico; são vidros e impressos; são obras de metal as mais diversas; são quinquilharias — as mil obras de engenho, de paciencia, ou de fabrico em serie que o estrangeiro nos vendeu. — Em compensação demos-lhe rolhas, bem poucas para tanta cortiça que tivemos.

*

NAÇÕES PREDOMINANTES NO COMERCIO PORTUGUEZ

Na decada 1903-1914 foram conforme o quadro seguinte as percentagens que couberam no Comercio Especial ás nações de mais importantes relações com Portugal:

PERCENTAGENS NO COMERCIO ESPECIAL

NAÇÕES	TOTAL				Importação para consumo				Exportação nacional e nacionalizada			
	1913	1910	1907	1904	1913	1910	1907	1904	1913	1910	1907	1904
Inglaterra.....	25,0	26,5	27,8	26,6	26,4	28,7	30,1	29,0	21,5	22,4	23,5	22,2
Alemanha.....	15,5	13,2	14,4	13,7	17,8	15,2	17,8	16,7	9,7	9,2	7,9	7,7
E. U. America.	8,9	8,1	7,1	5,4	11,1	10,7	9,8	7,8	3,5	3,1	1,8	1,9
Espanha.....	7,5	9,3	9,7	12,5	4,3	6,8	6,7	9,0	15,5	14,2	15,8	19,2
França.....	7,2	6,8	7,9	7,3	8,5	9,0	10,9	9,6	3,8	2,5	2,1	2,7
E. U. do Brazil.	6,3	7,2	8,0	7,6	1,9	1,6	2,1	3,2	17,5	18,1	17,9	15,9
Argentina.....	4,2	2,0	0,9	2,1	5,6	2,8	1,2	3,9	0,7	0,4	0,3	0,1

Continuamos na dependencia maxima da Inglaterra, quer na importação, quer na exportação: podendo ainda ao surdir da guerra actual considerar-se exacta a observação de Oliv. Martins em 1882, no livro *Politica e Economia Nacional*, p. 113:

«Como não havemos de ser ainda politicamente pupilos dos inglezes, quando a nossa agricultura como exportadores, o nosso trabalho como manufactureiros e consumidores, estão de tal modo na dependencia d'essa nação?»

E viu-se com a guerra até onde foi essa sujeição.

A Alemanha tomou na importancia total do comercio especial cerca de metade do valor da Inglaterra; mas a nossa importação da Alemanha era bastante *mais* de metade do valor da de Inglaterra; e a nossa exportação era bastante *menos* de metade da correspondente de Inglaterra. Isto é: a Alemanha vendeu-nos na decada 1903-1914 em proporção mais do que a Inglaterra; e comprou-nos menos.

A ordem que as nações predominando no Comercio especial — na importação nacional e nacionalizada — tiveram em 1913 não foi constante na decada 1903-1914 a não ser para as duas Inglaterra e Alemanha; pois a Espanha desde 1903 (e de antes) até 1912 inclusivé manteve-se no 3.º logar.

O Brazil vinha em 4.º ou 5.º com a França, até 1908, passando então ao 6.º, retomando o 5.º em 1910, o 4.º em 1911, e passando novamente ao 6.º em 1912 e 1913. A Argentina só em 1908 e 1913 sobe para o 7.º, que era da Belgica, e fôra em 1905 da Russia. Os Estados Unidos da America passaram do 5.º que mantiveram de 1903 a 1907, para o 4.º, e depois para o 3.º logar em 1913.

Aquella ordem de 1913 não é a de 1880, em que a a Inglaterra tinha 44 0/0, o Brazil 14 0/0, a França e os Estados Unidos da America, cada 10 0/0, a Espanha 7 0/0, a Alemanha 4 0/0, a Suecia 2 0/0. Por aqui se vê quanto tem perdido a Inglaterra, quanto ganhou a Alemanha, e quanto perdemos tambem no Brazil.

A expansão comercial da Alemanha comnosco, que na decada está pouco saliente na totalidade do Comercio especial, nota-se no Comercio geral pelo augmento da Importação portugueza de 1910 em diante — passagem dos 12.000 contos, mal atingidos em 1903-1910, para 18.596 contos em 1913; sem que a exportação para a Alemanha tivesse augmentado sensivelmente na decada (Vidè quadros do *Comerc. e Naveg.*, especialm. 1908 e 1913).

Conclue-se que a Inglaterra foi perdendo terreno no comercio das materias primas, das manufacturas e das substancias alimenticias, ganhando-o a Alemanha. A Europa fornecedora dos cereaes e da carne foi tambem sendo vencida pelos Estados Unidos da America do Norte e pela Argentina.

Na Importação para Consumo não houve a mesma ordem que no total da Importação e Exportação. A Alemanha manteve-se firme no 2.º lugar. O 3.º que cabia á França até 1907, é cedido aos Estados Unidos da America: A França toma o 4.º d'um modo mal seguro. A Espanha passa do 4.º ao 5.º; e por fim ao 6.º e ao 7.º. A Belgica que vinha ora no 6.º, ora no 7.º, pelo 6.º se manteve em 1912 e 1913. A Argentina começa a vencer a Russia em 1906; alcançou o 6.º lugar na Imp. em 1908; e mantendo-se sempre acima da Russia, que decahe, atinge o 5.º lugar em 1913.

Na Exportação Nacional e Nacionalisada o 2.º lugar ainda coube quasi sempre ao Brazil, que se revezava n'ele com a Espanha. O 4.º manteve-se na Alemanha; o 5.º e o 6.º ora na Belgica ora na França.

Em conclusão: foram as grandes potencias industriaes e maritimas — a Inglaterra e a Alemanha — e foram as terras moças productoras de materias vegetaes e animaes — os Estados Unidos da America do Norte, a Argentina — que nos forneceram, e colheram de nós os melhores lucros. Do Brazil pouquissimo importamos; para lá bastantes mercadorias exportamos, porque não deixamos de escorraçar para lá quem aqui — com mais proveito para nós — as podia ter consumido e mais outras muitas, alem de muitas mais ter produzido.

— A Espanha não teve comnosco comercio correspondente ás

facilidades de permuta; a França mal se segura no seu lugar, sem melhorar nos benefícios para nós.

As *Colónias*, como se fossem de gentes extranhas, pouquíssimo nos deram nos valores das percentagens do commercio total da decada (e por isso também da importação nacional e nacionalisada): Cabo Verde cerca de 0,5 %; Guiné 0,2 %; S. Thomé e Príncipe 1,3 %; Angola 2 a 4 %; Moçambique 1,7 %; Índia 0,03 %; Macau e Timor 0,03, com pequena diferença!

A nação assim dependente dos grupos hegemónicos no que ha de mais fundamental — mercado certo d'essas nações — e até agora, n'uma longa e vagarosa evolução económica que, em vez de progressiva, tem sido ruínosa, e por isso incapaz de lhe proporcionar outro rumo de vida sem uma fortíssima acção externa, é no fundo, em verdade sincera, uma nação vassala. A exploração das terras colonias pelo vencedor parece ser o risco menor após o choque d'aqueles grupos. — Não pode haver liberdade política onde ha completa sujeição económica.

(1.º Jan.º 1918)

EZEQUIEL DE CAMPOS.

«O meu protesto teria especialmente por alvo a nação em massa, que, pela sua anarquia moral, deixou chegar as coisas ao ponto a que chegaram.»

ANTERO DE QUENTAL.

«Vivemos; e ainda que semelhante viver seja o delirio febril de moribundo, esta situação violenta, aos olhos dos que sabem ver, é uma crise de salvação, posto que dolorosa e lenta. Confiemos e esperemos; o nome português não foi riscado do livro dos eternos destinos.»

ALEXANDRE HERCULANO.

«O problema económico não é independente e isolado, como se afigura a alguns, mas dependente e conexo com o problema moral, e constantemente condicionados um pelo outro.»

ANTERO DE QUENTAL.

A SITUAÇÃO FINANCEIRA

Entrevista com o sr. Barros Queiroz

Desejando nós obter as opiniões de um competente em matéria de finanças, foi-nos muito especialmente indicado, por todas as pessoas a quem recorreremos, o sr. Barros Queiroz. Sua Ex.^a prestou-se, o mais cavalheirosamente possível, á consulta que lhe solicitámos; e perguntado primeiro pela sua impressão geral do problema economico (depois de lhe havermos comunicado as idéas directrizes do nosso programa),

— «Esse problema — respondeu-nos — nem chegou ainda a ser posto nitidamente. Fala-se muito de varias medidas, mas vaga e superficialmente. Nunca se fixou um programa de trabalhos, uma serie de principios conducentes a realizações práticas; nunca se congregaram os esforços dos estadistas e economistas para se chegar a um plano geral, que devesse ser posto em prática por quaisquer partidos ou politicos que vão ao poder.

«O racional seria, sem dúvida, elaborar primeiro que tudo êsse plano geral; mas ele exigiria delongas que o urgente da situação não tolera. Antes da guerra, a nossa situação economica era precária; depois dela será insustentavel. O balanço comercial saldava-se com um *deficit* superior a 30:000 contos; o economico não era inteiramente desfavoravel, mercê, em grande parte, dos nossos emigrantes. Depois da paz, as importações representarão, por causa do aumento dos preços, um quantitativo muito superior ao que representavam; em contraposição, os produtos que constituíam as nossas exportações habituais não aumentarão correspondentemente de preço, se não tomarmos medidas que nos defendam de explorações, claras ou ocultas, dos nossos concorrentes. O acrescimo do valor das importações aumentará o desequilibrio do nosso balanço, concorrendo para que se agrave a desvalorização do nosso meio circulante. Se tal se der, as coisas atingirão preços fantasticos, com perturbações gravissimas na vida economica do país. Não esqueçamos que os elementos que poderosamente agiam contra o desequilibrio do nosso balanço economico são em grande parte acidentais: não podemos confiar na sua permanencia...

«A luta economica resultante da guerra será a ruina para os pequenos Estados que, por imprevidencia ou incapacidade, forem forçadamente tributarios dos triumphadores nessa luta. A politica dos aliados será a de obter clausulas de favor para os seus productos, e de represalia para os inimigos; calcule o desastre para quem, como nós, fôr forçado a comprar em condições muito mais onerosas do que no regime de livre concorrencia. Se não reagirmos energicamente contra a nossa inferioridade economica, seremos esmagados.»

— ¿E com que meios e medidas entende V. Ex.^a que podemos contar para dar remedios a essa inferioridade?

— «Ora repare: a guerra leva-nos cêrca da setima parte da fortuna do país; duplica-nos a dívida pública; consumir-nos-há com os seus encargos, anualmente, cêrca da setima parte de todos os rendimentos da fortuna nacional; destruir-nos-há cada ano mais de metade da poupança portuguesa; elevará a nossa dívida a cêrca da terça parte da fortuna nacional; forçar-nos-há a novos encargos que excederão o duplo do produto de todas as contribuições directas actuais; obrigar-nos-há, só por si, a actuar directa ou indirectamente sobre a produção de modo que o custeio medio da vida deve elevar-se cerca de 10 por cento, só por efeito de novos impostos. Pois bem: se suportamos tão grandes sacrificios por dignidade e pela defesa do direito, sem possibilidade de indemnizações materiais, — ¿não se impõe pela evidencia que façamos mais um pequeno sacrificio, que disponhamos de mais umas dezenas de milhares de contos para alguma coisa reprodutiva, para medidas de fomento, lançando a semente que deve produzir o fruto onde as nossas finanças irão encontrar os elementos para a sua regularização?»

— E quererá V. Ex.^a citar-nos algumas dessas medidas de fomento?

— «Decerto. Para a nossa alimentação importamos anualmente, em media e em epocas normais, cêrca de 20:000 contos. Pois evitemos essa importação, irrigando imediatamente a parte do nosso Alemtejo susceptivel de ser irrigada. Com o fim de reduzir a importação de carvão destinada a alimentar as nossas máquinas (6.000 contos antes da guerra; a mesma quantidade de carvão ter-nos-hia custado no ano findo, se a tivessemos importado, mais de 70.000 contos) façamos aproveitar imediatamente as quedas de agua. O nosso país é riquissimo em minerios, mas a sua exploração é pouco menos que primitiva; façamos com que os concessionarios intensifiquem a exploração, ou expropriemo-los

por utilidade pública. As nossas colonias e os arquipelagos dos Açores e Madeira produzem açúcar quasi em quantidade dupla da necessária para nosso consumo, e possuímos os melhores caçaus do mundo: façamos instalar em zona franca, já criada por lei, as fabricas necessarias para a produção de chocolates e outros productos que teem por materias primas aqueles generos. Possuímos cortiças das melhores qualidades; exportamo-las em bruto e importamo-las manufacturadas: façamos o necessario para que, após a guerra, possamos exportá-la exclusivamente manufacturada...

«Tudo isto são coisas que, não resolvendo o problema economico do país, o viriam atenuar enormemente, e que, com sacrificio é certo, se poderiam fazer na actual conjuntura.»

— Expôs-nos V. Ex.^a medidas concretas no campo economico; e no campo financeiro?

— «O problema financeiro não é dos menos graves para Portugal que, diga-se de passagem, não é proporcionalmente, dos países beligerantes, o que está em piores condições. O *deficit* não é microbio moderno na nossa vida financeira, mas, pelo contrario, tão antigo como a nacionalidade. A guerra europeia veio robustecê-lo de modo apavorante. Não são só as despesas ocasionadas directamente pela guerra que perturbam a nossa vida financeira; as indirectas não são do mesmo valor material, mas moralmente, nos seus efeitos futuros, talvez sejam tão perniciosas como aquelas; a guerra tem servido de pretexto para certas liberalidades, para afrouxar o rigor usado antes dela na economia dos serviços públicos. No futuro não há, por isso, apenas que remediar os estragos materiais causados pela guerra; é necessario lutar pelo restabelecimento da morigeração, da mais estrita poupança dos dinheiros públicos. Por pouco que a guerra dure ainda, os encargos anuais que ela nos acarreta devem representar-se por mais de duas dezenas de milhares de contos.»

«O Estado tem ainda onde ir buscar algumas receitas, sem grandes perturbações da vida economica, mas se não houver novas fontes de riqueza colectiva não encontrará no país a cobertura de todos os encargos, sem desequilibrar profundamente as actuaes relações da produção e do consumo das riquezas.

«A reforma do Banco de Portugal, tendo em conta os interesses do proprio Banco, que estão intimamente ligados aos do Estado e ao credito do país; o saneamento da sua circulação fiduciaria, reduzindo-a ao necessario, pelo pagamento de grande parte da divida do Estado, pode, directa e indirectamente, con-

tribuir para auxiliar a solução da crise financeira que atravessamos.

«Para pagar ao Banco de Portugal parte da divida do Estado é preciso contrair empréstimos.

«Contraindo-se empréstimos é preciso pagar os seus encargos. Para pagar esses encargos é preciso recorrer ás fontes da riqueza publica, mas por modo que os sacrificios impostos aos contribuintes se reflectam sobre toda a população, tão equitativamente que os mais pobres não peorem as suas já precarias situações.

«Os sacrificios a exigir não podem consistir no agravamento uniforme dos impostos existentes, porque, excedendo já algumas das taxas actuaes a capacidade contributiva de algumas classes, seria irracional e anti-economico pôr á prova essas classes ou individuos, deixando outras em completo desafogo.

«A reforma da contribuição industrial, fazendo com que a sua productividade acompanhe o progresso e a grandeza do commercio e da industria, muito pode contribuir para as necessidades do Estado, sem agravar os pequenos commercios e as pequenas industrias, já muito oneradas em relação ás grandes explorações.

«A revisão cuidadosa e escrupulosa da lei do selo pode auxiliar o tesouro publico nesta situação difficil, se os revisores se orientarem numa justa proporcionalidade.

«Os divertimentos podem e devem contribuir para as necessidades da nossa depauperada tesouraria.

«Os modernos bens de *mão morta* — os imoveis das sociedades anonimas — por uma equitativa applicação e ampliação das contribuições de registo, podem concorrer para fazer face, em parte, aos novos encargos.

«A avaliação directa da propriedade, mesmo que se reduzam as exageradas taxas que actualmente incidem sobre ela, aumentará o valor colectavel e consequentemente o quantitativo do imposto.

«As *maiores-valias*, resultantes do esforço e da acção do Estado, podem, sem violencia, ser partilhadas pela colectividade.

«São estes os pontos principais que teem que ser atacados já, para se começar a obra da reorganisação economica e financeira.»

Assim nos expôs as suas ideas sobre as medidas mais urgentes em materia economica e financeira, com aqueles firmes lineamentos que caracterizam o falar dos homens de acção, o sr. Bar-

ros de Queiroz. Elas teem para nós o peso que lhes dá, não o partido a que pertence S. Ex.^a, mas a sua reconhecida autoridade de tecnico e de pratico. São as medidas e conjuntos de medidas, no genero das que nos comunicou o illustre financeiro, que devem formar o objecto da discussão politica entre cidadãos: a Nação portugueza só entrará na maioridade politica no dia em que os não-partidarios, a que se costuma chamar «indiferentes», luctarem no terreno politico por concretas medidas administrativas, em vez de assistirem passivamente, como até hoje, ás brigas entre chefes e partidos.

«A omnipotencia é incompativel com todo o direito das minorias e dos individuos, mas a omnipotencia não é susceptivel de se limitar pela imposição: só comporta freios morais; a moralidade do grande numero é o unico recurso que resta á liberdade para poder subsistir em democracia... A salvação publica em democracia depende tão só dos esforços privados, da *missão interior*, se é permitido generalizar esta locução, — em resumo, das conversões individuais que os homens são de espirito e rectos de coração poderão obter pelas suas exortações públicas, pelas suas conversas particulares, e pelo seu exemplo».

CARLOS SECRÉTAN.

«As verdadeiras riquezas de um Estado são os homens». — BOSSUET.

«Os politicos querem as revoluções particulares, revoluções meramente superficiais, de ordem politica, etc. Frioleiras! O que importa, é a revolta do espirito humano».

IBSEN.

«Uma nação não é capaz de manter a ordem interna, conseguir a liberdade, defender a sua grandeza, senão pela subordinação voluntaria do interesse particular ao interesse geral. Em ultima analise, esta subordinação voluntaria do interesse particular ao interesse geral não merece o nome de sacrificio, porque a propria razão no-la aconselha, e porque o esquecimento ou o descuido do interesse geral arrasta á ruina os interesses particulares».

PRÉVOST-PARADOL.

A SITUAÇÃO MORAL E SOCIAL

Do regionalismo

SUMARIO. — A rapidez e a energia das reacções sociais, originadas nas perturbações da vida individual — A natural e necessaria intervenção das camaras municipais nas providencias mais indispensaveis á manutenção da vida organica — O caso palpitante das subsistencias — O exemplo generalisavel da cidade do Porto, como sinal da autonomia regionalista nascente — Tendencia regionalista de uma sociedade; as condições do seu exito — Tendencia ao mutuo entendimento das populações regionais, originada na comunidade de interesses — O regionalismo como idéa geral e idéa directora — O tipo social de minimas condições de progresso — O tipo social portuguez — O abandono á eventualidade implica desorganisação — A relativa incapacidade de intervenção do poder central — As consequencias sociais da excessiva intervenção centralista para os individuos, para as regiões, para o proprio Estado e para a moralidade geral — Um paralelo frisante entre a incuria regional e um dos exemplos de boa administração local, pelos simples cuidados dos seus habitantes — Dois exemplos de estatismo economico — O justo equilibrio na colaboração do regionalismo com o estatismo — Feição pratica do regionalismo, assegurando as reformas sociais, que aqui se trata e se discute — O dever civico e o amor da Patria atravez da familia regional ou da GREI — Os graves problemas da vida da comunidade a resolver, conjuntamente com as tentativas de resurgimento da vida local e social.

De todas as perturbações, que podem agitar a vida social, em consequencia das modificações dolorosamente impressas na normalidade da vida do individuo, as que incidem sobre as primeiras necessidades do organismo, sobre a alimentação, são as que naturalmente provocam com mais promptidão e energia as reacções e todas as reivindicações da liberdade humana.

São do mais palpitante interesse e da mais flagrante occasião os factos de ordem social, que se estão desenrolando sob a rubrica «subsistencias publicas» e que acodem diariamente á imprensa. De entre os seus relatos escolheremos os seguintes, porque elles frisam bem alguns dos objectos do estudo que agora encetamos, e nos quaes tomamos como ponto de partida a observação dos factos reaes, da experiencia social.

«A intervenção das camaras municipaes na questão das subsistencias vae sendo comprehendida como o mais radical e pratico meio de contrariar a acção nociva do açambarcador. Por noticias, que recebemos da provincia, vê-se que já bastantes vereações se occupam hoje d'esse importante assumpto. Torna-se preciso generalisar esse movimento e auxiliar-o n'aquelles casos em que o favor e protecção dos poderes publicos se tornem necessa-

rios.» Tal é o theor de um texto extrahido de *O Seculo* de 17 do mez de Novembro de 1917. (1)

A necessidade de «generalisar» esse movimento, e de «auxiliar-o n'aquelles casos, em que o favor e a protecção dos poderes publicos se tornem necessarios», eis ahi um periodo de artigo destinado ao grande publico, e que encerra materia para reflexão, sobre o valor da iniciativa local, visto sentir-se a precisão de «a generalisar» e de a auxiliar com o favor e a «protecção dos poderes publicos».

Sobre este «favor» e esta «protecção» confessamos que seria dolorosamente extranha a sua propria expressão, caso partisse de Municipios mendicantes. Esse aviltamento na esperança do «favor» proviria, certamente, mais da falta de sã comprehensão das questões sociaes, do que de rebaixamento de character dos poderes municipaes. A cidade do Porto, sempre na vanguarda de todas as libertações, deu no presente caso de iniciativa um exemplo da sua altiva independencia.

Essa «necessidade» de «generalisar» o movimento é signal de um regionalismo que surge e se determina, (2) como reacção contra a incuria do poder central. «Generalisar» o movimento (que é accentuadamente regionalista) presupõe, para o seu exito, me-

(1) N'um artigo sob o titulo *Politica economica municipalista* dizia o *Seculo da Noite* de 16 de Julho de 1917: «Se á nobilissima tradição municipalista do pais se apego a Camara do Porto, é porque em seu seio volita a energia indomavel dos homens decididamente práticos... quando menos se esperava respondeu-se á incerteza de haver pão no dia seguinte com todas as garantias de alimentação pública. Como? — indagará o leitor, — naturalmente foi o governo que providenciou... Qual! Estava o Porto bem servido se fôsse esperar por sapatos de defunto! A Camara reuniu meia duzia de boas vontades, votou uma verba e delegou no homem mais pratico de todos eles a realisação do seu ideal municipalista: nada de intermediarios!» Sob a epigrafe *Um exemplo a seguir, a Camara Municipal de Portalegre*, escrevia a *Capital* de 5-12-1917: «Os municipios podem e devem desempenhar um papel importante no momento crítico que atravessamos. Quando foi da crise do açúcar, a Camara Municipal de Portalegre tratou immediatamente de armazenar enorme porção dêsse genero, que vendeu ao público por um preço muito inferior ao que noutras terras se exigia. Conseguiu tambem contrair no Banco de Portugal um empréstimo de 150 contos, garantido por pessoas cujo credito é cujos meios de fortuna eram garantia mais que suficiente, para com esse dinheiro comprar os cereaes para o abastecimento da população até ás novas colheitas. Quanto ao azeite, tambem foram tomadas medidas. As juntas de parochia de Portalegre por sua parte teem contribuido tambem para atenuar a crise de trabalho.» *Repetimos que esta orientação não deve ser passageira, limitada ao periodo da guerra, mas que pelo contrario se deve radicar, estender e generalizar ás restantes esferas de acção dos municipios.*

(2) Entre as manifestações de regionalismo nascente devemos citar o movimento regionalista alemtejano que tem por órgão o jornal *O Alemtejo*.

Tambem o nobre gesto do grande lavrador ribatejano sr. José Palha, entregando o seu trigo a um órgão do municipalismo de Villa Franca, é um bello exemplo a apontar.

thodisar, persistir e alargar para outras espheras de actividade essa iniciativa, que algumas camaras expontaneamente tomaram no problema das subsistencias.

Toda a sociedade que quer viver finalmente a sua vida propria e particular á região (a vida particularista regional) que quer «viver sobre si», autonoma, independente da «protecção», demasiadamente descuidada e ao mesmo tempo excessivamente prepotente, do poder central, é uma sociedade com aspiração ou tendencia regionalista. Esta tendencia favorece singularmente o desenvolvimento de ideias e de praticas necessarias á definitiva implantação de um regionalismo methodico e vigoroso, para a realisação do qual é necessario, primeiro, tornar plenamente consciente e systematico esse movimento espontaneo, que se manifestou no problema especial das subsistencias.

A maior commuidade de interesses existentes dentro da mesma povoação, ou nas localidades mais proximas e dentro de determinada area da mesma feição, conduz, natural e racionalmente, a um melhor entendimento dos elementos da população regional, sobre esses mesmos interesses communs, pois essa população exercita-se em trabalhos congeneres e reciprocamente dependentes. Essa cohesão e reciproco entendimento por commuidade de interesses, é a base do regionalismo, como campo de acção localmente organisavel, para intensificar a actividade dos habitantes, no sentido do bem geral, economico, material e moral da região. Assim, o regionalismo, como ideia directora nos assumptos economicos, consiste no methodico aproveitamento de todas as riquezas naturaes do solo, e de todos os productos da actividade dos habitantes de uma determinada região, no sentido que, simultaneamente com o progresso d'ella, aproveite decididamente á sua independencia e autonomia economica.

Como ideal geral, o termo Regionalismo significa a constancia de direcção e actividade na autonomia da vida, publica e particular, de cada região.

De entre os diversos typos de carácter social ou de pratica de vida publica e particular, que existem, o que menos condições offerece para um seguro progresso é, certamente, aquelle em que se deixa á eventualidade, ao acaso do dia de amanhã, a resolução dos casos, dos problemas, das difficuldades mais instantes ou de maior importancia para o futuro da commuidade.

O nosso paiz realisa, infelizmente, o typo de abandono á eventualidade, proprio de uma sociedade desorganizada e mes-

mô anarchisada, em muitos dos ramos da sua actividade e do seu pensamento.

A eventualidade, o acaso, o «curso natural (e portanto desorganizado) das cousas», independentemente da intervenção intelligente do homem, dão como resultado o imprevisto nas occorrencias, nas quaes certos factores, mais intensos, produzem perturbações notaveis sobre a normalidade da vida. D'ahi o consequente abandono da vida social da região ao poder central, que exorbitando da sua appropriada esphera de acção destroe as possiveis iniciativas, não as substituindo, e aniquilla as vontades, que não se determinam, perante a inercia e os tramites embaraçantes d'esse poder perturbador e inerte, ou então absorvente. (1)

Esta maneira de ser, este abandono da vida social da região á succção centralista de governo produz uma série de ideas erroneas e de lamentaveis consequencias, que podemos resumir da forma seguinte:

1.º — Do governo é que tudo se espera para a natural satisfação das exigencias da vida local, porque elle afinal recebe todos os impostos e, troca por troca, deve auxiliar os politicos, que são os homens de importancia, com quem se entende, em cada região;

2.º — Em vista da admissão d'esta criminosa «entente», os individuos da sociedade regional ficam impedidos de agirem como membros independentes d'essa sociedade, e exploram a politica central a seu favor, fazendo d'ella a politica regional;

3.º — Abandonados os interesses da autonomia e posta a região como alvo particular do centralismo politico pessoal, os bens naturalmente pertencentes á região, passam a ser bens do Estado, ficando ao seu dispôr para seu proprio negocio e de seus agentes politicos;

4.º — As familias vão creando os seus filhos na vizão mais ou menos provavel de os empregar no serviço do Estado. As familias de maior valor politico em vez de utilisarem essa valia em defesa dos interesses collectivos da região, emigram e constituirão de futuro uma exploradora casta de funcionarios;

(1) Em certa localidade, depois de uma rotação completa de todas as facções pelo poder, acompanhada de successivas faltas de compromisso na promessa de abertura de certa estrada, a população, desesperando de a alcançar, mas sempre escravizada pelo influente eleitoral, sacou sobre elle, de mutuo accordo, uma letra, que, accete com o praso de pagamento em aberto até á sua accessão ao poder, foi descontada em especie «estrada» quando o cacique sobraçou a pasta. É um facto veridico, succedido no norte do paiz, e typico da escravisação ao centralismo politico.

5.º — Os individuos foragidos ao trabalho sério das regiões constituirão a praga politica desde os faladores de comicio aos pretendentes revolucionarios;

6.º — Aos governos, cercados d'esta elite negativa ou regressiva, só lhe resta tempo para exclusivamente a satisfazer. As medidas de larga iniciativa, que só o Estado pôde encetar e auxiliar, são irremediavelmente postas de parte e substituidas pela verborrhea legislativa a favor das obras, em cuja sequencia lucrativa, os politicos possam ser participantes.

7.º — Como consequencia d'estas monstruosidades, os governos teem de abandonar os negocios, que são da iniciativa do Estado (isto é descuram o Estatismo verdadeiro) e entram n'aquelles que não lhe são pertinentes, impedindo indirectamente que as particulares e as regiões os tomem sobre si. O Patrimonio regional passa a ser assim objecto da ganancia do Estado e do torpe abandono por parte da região.

De todo este sudario de miseria nacional resulta :

1.º — A escravisação geral do paiz, como feudo politico, ao poder central, nos individuos e nas collectividades.

2.º — O descalabro da administração, posta nas mãos dos adventicios, e ao acaso dos acontecimentos e reviravoltas politicas.

3.º — A impossibilidade de praticar sérias reformas sociaes.

4.º — A desmoralisação pela transacção das votações aos partidos, sob promessas de realisar melhoramentos locais, cuja efectivação pertence de natureza ás regiões, e que os municipios poderiam por si realisar.

Em Portugal os trabalhos publicos, situados nas diversas regiões e que pela exigua exigencia de preparação mental poderiam facilmente ser entregues aos municipios, estão affectos pelo contrario ao poder central, como moeda de troca para beneficio directo dos politicos das localidades, segundo é habito historico.

As localidades visinhas encontram-se nas maiores difficuldades, durante o tempo de inverno, porque os caminhos chamados vicinaes são apenas abertos pelas proprias viaturas, sem que haja quem tenha a iniciativa de reparação, manifestando-se a consciencia publica apenas por lamentos ridiculos ou grosseirissimas pragas e imprecações dos transeuntes.

Pelo contrario, n'outros paizes como por exemplo na Saxonia, paiz particularista entre outros que o não são na Allemanha,

parte dos trabalhos publicos derivam naturalmente da organização *regional*. A conservação dos caminhos vicinaes, pelo menos, está a cargo voluntario das «Corporações livres de interesses communs», companhias de aldeões (Bauerschaft). Estas corporações, que são numerosas em cada freguezia (ha por vezes mais de 20 em cada uma) tratam não só da conservação dos caminhos, como tambem da policia, dos cuidados com os pobres e do culto religioso publico.

Para evitar a mendicidade, mantem estas corporações de aldeões, albergues com um campo annexo para culturas, cuja colheita é destinada aos mesmos pobres (Armenhauss). A policia é facil de fazer, por falta de delictos e isto succede «porque cada familia faz ella mesmo a policia dos seus membros, ensinando-os desde a infancia ao respeito e obdiencia á auctoridade paterna da qual a auctoridade publica não é mais que uma imagem ampliada.» «Não existem pobres nas familias já ha longo tempo domiciliadas n'uma sociedade, onde cada familia se acha organizada para poder prover e sustentar os seus membros.» Só para os recém-vindos as «Armenhauss» tem applicação (1).

Em Portugal o Estado, ao mesmo tempo que absorve completamente d'aquella forma certas funções administrativas da sociedade regional onde nunca lhe deveriamos permitir que interviesse, descursa outras que naturalmente lhe competem. Assim, por exemplo, as melhores riquezas do sub-solo vão para as mãos de estrangeiros, vendidas pelo Estado, que deveria occupar-se da sua defesa. Em contraposição, a Allemanha e a Hollanda procuram manter na posse do paiz o que lhes pertence. Os exemplos seguintes são dignos de attenção.

O Estado Hollandez, que tem desde 1903 a sua legislação mineira assente sobre o principio geral da não perpetuidade das minas nas mãos dos concessionarios, avançou ainda mais no sentido da defesa economica da Nação contra a infiltração estrangeira. Em primeiro logar, a legislação do Estado não reconhece nem emprega o termo de «proprietario da mina» mas tão sómente e de «detentor da concessão» e tambem não o de «concessionario», que poderia envolver a ideia de proprietario de uma cousa obtida por concessão.

Desde 1893 nenhuma concessão se fez mais por parte do Estado; é este o proprio concessionario da riqueza nacional.

Foi a infiltração estrangeira de exploradores allemães que

(1) Edmond Demolins, «*Comment la route crée le type social*», Paris F. Didot.

chamou a atenção do Estado no sentido de defender a riqueza publica regional. Essa invasão pacifica intensificou-se entre 1890 e 1900, e nos debates parlamentares de 1900-1901 o governo hollandez expoz os seguintes motivos para seguir a politica economica (politica do Estado Economico) de reservar para o Estado a totalidade dos terrenos hulheiros: «A vantagem de possuir no solo nacional uma abundante reserva de trabalho, seria de todo ou em parte perdida, se esta cahisse em mãos de particulares, mesmo de compatriotas, *porque dado o caracter internacional e a grande mobilidade do capital, a maioria das acções das empresas exploradoras poderia passar facilmente para a posse dos estrangeiros.*» O motivo sério da apprehensão do governo era o jogo do «Syndicato da hulha da Westphalia» (Allemanha).

O Estado, além d'esta razão especial, tinha como argumentos para a sua proposta os motivos seguintes:

A razão financeira, pela qual a exploração na posse do Estado traria a este receitas importantes;

A razão nacional, pela qual a entrada de pessoal estrangeiro sem fiscalisação efficaz seria uma origem de preocupações e de attritos;

A razão juridica, pela qual a multiplicidade de pedidos de concessões tornava difficil uma escolha equitativa dos detentores.

A lei proposta pela Estado foi aprovada, e os 14000 hectares, que constituiam a totalidade das concessões, passaram para as mãos do governo do Reino de Hollanda.

Cada mina a explorar pelo Estado foi indicada por uma lei especial, que a creava propriedade do Estado.

Os exploradores expropriados foram indemnizados das despesas feitas pelas sondagens productivas, tomando como base o «custo d'essas sondagens em geral» ficando o respectivo ministro encarregado de conceder ou recusar a indemnisação e de lhe fixar a importancia. A indemnisação total ficou correspondendo a principio a 31 florins por hectare. As indemnisações foram classificadas em obrigatorias e facultativas, ficando consideradas nesta segunda categoria as que correspondiam ao caso de sondagens que, não sendo embora productivas, tinham servido com tudo para limitar o perimetro exploravel.

Para bem frisar a posição do Estado hollandez, n'esta magna questão de Economia Nacional, vamos resumir o que elle fez em materia de legislação.

Pela lei n.º 230 de 24/7/1903 assegurou-se o direito exclusivo de exploração durante 6 annos, para a hulha, linhite, sal gema e saes potassicos, em toda a região onde seria provavel encontrar essas riquezas mineiras. Foi precisamente fóra da area em questão, que os particulares ainda em posse do regimen antigo obtiveram duas explorações riquissimas (Endracht e campos do Mosa) que foram posteriormente expropriadas.

Pela lei n.º 312 de 6/10/1908 foi o monopolio acima prorogado por 15 annos até 1923 e extendido a todo o territorio do Reino com excepção dos terrenos concedidos anteriormente a 1906. A pesquisa de linhite ficou livre porque existe a pequena profundidade e é de inferior qualidade.

A lei de 1903 instituiu o serviço official de exploração e permittiu, portanto, que o Estado realisasse o que tinha em vista: proceder a uma pesquisa verdadeiramente scientifica e methodica das riquezas do sub-solo, em *vista dos particulares não pensarem n'outra cousa senão em realisarem os direitos necessarios para obter as concessões que iam vender em seguida com lucro a outros* (os estrangeiros).

O monopolio do Estado concedeu comtudo a sociedades, perfeitamente seguras contra infiltração estrangeira e fiscalizaveis, a exploração de certas minas. A situação actual (1913) das cousas é a seguinte:

No Limburg sul: Pertença do Estado, 26000 hect.; exploraveis, 17000. Pertença de particulares, 6000 hect.

Peel: Pertença do Estado, 23000 hect.; exploraveis, 15000 hect. Em pesquisas, região do Gueldre e OverYssel (1).

Os precedentes exemplos estabelecem duas formas correlativas e complementares de regencia dos negocios publicos: por um lado o valor real do regionalismo, da vida particularista das localidades, da vida municipal, que, modernamente, resolve os principaes problemas administrativos, contrapondo-se á costumada incuria do poder central; e de outro, o Estatismo economico colaborando no seu verdadeiro papel ou funcção em materia geral da economia do paiz, que se traduz particularmente na economia das regiões. Ambas ellas nos é mister introduzir em Portugal.

Outros exemplos, que não cabem n'este preambulo e que virão na sua altura, mostram a colaboração das localidades e do Estado nas reformas sociaes.

(1) *Annales des mines*, 1913 (5.^{ème} livraison).

Um justo e intelligente equilibrio entre as funcções politicas, economicas e sociaes do Estado e as mesmas funcções regionaes dará necessariamente o progresso da GREI em todo o sentido. Bem o mostra o progresso d'outras nações particularistas.

Mas, como é que obedecendo a este justo equilibrio, o regionalismo assegura a practicabilidade das reformas sociaes? Por dois motivos: um de facto, outro de anhelõ e de fatal realisação.

O de facto provêm de que as classes trabalhadoras vivem como toda a GREI distribuida por todo o territorio de Portugal, e em todo elle vive o povo mal, organica, mental e moralmente. Alimentação, manutenção geral, habitação, estado mental e moral, tudo é miseria, atrazo e desconforto, tudo exige imperiosamente a iniciativa das regiões.

O motivo de esperanza e de fatal realisação consiste em que o regionalismo implica municipalismo, isto é, a intervenção directa dos municipios na vida administrativa do povo nas localidades, e essa intervenção está-se revelando como a maneira verdadeiramente eficaz de conseguir as reformas sociaes.

A este regionalismo reflectido e determinado nos referimos, e faremos d'elle a nossa bandeira, porque se identifica com a nascente pratica da vida municipal e se amplia a todas as outras espheras da actividade regional e estatual.

E' d'esta feição pratica do regionalismo que aqui tratamos, porque ella implica para todos a affirmação primordial e basilar do dever civico, que impõe a cada qual praticar tudo, e pelos melhores meios, a favor da sua Patria, *atravez do progresso da familia regional*, defendendo toda a GREI na sua dignidade e pugnando pela sua segurança e pela sua riqueza.

Pela nossa parte, e com toda a nossa fé, trataremos aqui de alcançar para a communiadê alguma cousa de util e ao mesmo tempo de levantado. Com este intuito vamos tratar nos seguintes artigos de esclarecer, por forma abreviada, certas questões pre-vias que tornarão mais accessiveis a posição e a significação dos problemas para a applicação dos meios praticos, que ao mesmo tempo se propõem, para fazer resurgir e desenvolver entre nós o espirito de iniciativa, de regionalismo e de reforma social.

Esses problemas, os principaes da vida da communiadade ou da GREI, e graves como são, interessam de perto a todos nós, conterraneos da mesma bem amada Patria Portugueza, e conduzem-nos a praticar a favor d'ella o maior e o melhor bem.

JOÃO PERESTRELLO.

Da opinião publica e da competencia em Democracia

Os resultados da revolução de 1910 levaram á indiferença ou á perplexidade a maioria das consciencias mais lúcidas, e mais livres, ao mesmo tempo, de paixões politicas. Para muitos, Democracia é Republica, e Republica, — Jacobinismo. A convicção democratica passou a sofrer um duplo assédio: da extrema direita e da extrema esquerda. Os reaccionários abalaram-na com razões, e os dirigentes jacobinos com factos; estes pareciam ansiosos de confirmar as palavras dos primeiros, e como que apostados em praticar actos que lhes reforçassem os argumentos: dessa forma, os sinceros convenciam-se de que a Democracia (com presidente ou com rei) sempre seria jacobinismo, salvo condições especialissimas, miraculosas quasi, que só poderiam realizar-se por um concurso único, sui generis, de factores...

A esses homens haveria que repetir, em primeiro lugar, duas ideas banais, ou que deveriam sê-lo. A primeira, que ninguem contesta as dificuldades imensas da Democracia, mas que é vão remar contra uma corrente que não corre só por vontade dos homens, mas vem da estrutura e do modo de ser das sociedades contemporâneas. Se a existencia da moderna Democracia fôsse simplesmente um efeito das ideas politicas dos individuos e dos palavriados victorugescos dos tribunos radicais; se essas ideas, em suma, fossem a causa primária da Democracia, conceber-se-ia a possibilidade teorica de, com uma propaganda formidavel, fazer sustar e refluir o movimento democratico. Mas não é essa a realidade. A tendencia democratica espadana por todos os lados pela necessidade de suscitar em cada individuo um interesse social mais consciente, e como consequencia da acção conjuncta do desenvolvimento espirital da Humanidade, do progresso do sentimento da dignidade humana, e de todos os elementos materiais da moderna civilização, como a grande indústria, a máquina de vapor, a viação acelerada, as grandes cidades, o telegrafo, o jornal: e quem se sentir com capacidade para destruir isso tudo, sintase capaz de compellar o mundo a atabafar a Democracia...

E' a segunda idea, pelo que respeita a Portugal, que tudo aquilo de que nos queixamos estava previsto há muito tempo, por todos os homens que no País tiveram agudeza de inteligencia

ou agilidade de intuição, como Herculano, Antero, Eça de Queiroz, Oliveira Martins... Todos prefiguraram o resultado pela baixeza dos processos, vendo pervertido desde o início, pelos homens que o dirigiam, um movimento que se formara como reacção legítima contra os vícios do Constitucionalismo. Não faz pensar este caso de uma impulsão «avançada» irresistível, nascida de um protesto justificadíssimo, e cujos processos dirigentes, já muito antes do triunfo, tinham a condenação dos mais altos representantes da intelectualidade do País, os quais — repare-se bem — eram homens «avançados», e criaram um ambiente intelectual intensamente revolucionário? Quem se ergueu a vituperar os nossos processos «avançados», a nossa onda «democrática», não foram reaccionários, discipulos de Burke ou de José de Maistre: é o autor do *Eu e o Clero*; o da *Teoria do Socialismo*; o do *Crime do Padre Amaro*; o das *Causas da decadência dos povos peninsulares*. A revolução liberal teve por si os Mousinhos, os Herculanos, os Garretts, os Saldanhas, os Palmelas; a revolução jacobina teve contra si os Anteros, os Oliveiras Martins, os Eças, e até Fialho de Almeida; e ao seu activo, como pensamento construtor... procure cada um em sua consciencia o que ela teve e o que ela deu.

Nunca se moveu uma sociedade com tanta penúria espiritual; e quando os dirigentes, levados por uma onda que não compreendiam, irromperam cegos pelo Terreiro do Paço, — foi o baile campestre que todos viram: ampliaram erros, agravaram males, criaram dificuldades a si mesmos, improvisaram, independentes e á tã, uma legislação burlona e desconexa (1); emfim, sapateando sobre tudo, levantando bulções de poeira fútil, deixaram quietas debaixo do solo as questões fundamentais, — isto apesar de que triunfaram em condições favorabilísimas, e sem estorvos internos nem externos. Não tinham noção dos problemas que lhes competia resolver, apenas munidos de ideologias vagas, de palavrados bolorentos, de algumas leis promulgadas em França que se traduziram maquinalmente, — e de aí as diversões variadíssimas com que se foi procurando adiar, ir escondendo a ignorancia sobre o que era necessario decidir nos problemas internos da Nação. Antes de existir, já na nossa «democracia» se tinha feito, por

(1) A incoordenação das diferentes legislações improvisadas pelos diferentes membros do governo provisório foi logo de principio lucidamente criticada por um distintíssimo publicista republicano de tendencias esquerdistas, o perito biblioteconomo Raul Proença, autor do artigo sobre bibliotecas que neste numero publicamos.

um jogo especial de circumstancias (e com dôr dos seus partidarios mais conscientes) a selecção da incompetencia.

A incompetencia: chamar-lhe regime de incompetentes é, como se sabe, uma das maiores pauladas de alto a baixo dos inimigos da Democracia; das maiores, das mais repetidas, das mais certeiras. Encaremos a difficuldade praticamente, não discutindo agora de causas e de efeitos, de teorias e de hipoteses, mas procurando-lhe a solução.

Lembremos, de passagem, que o problema era muito mais simples de resolver nas antigas monarquias: de um lado pelas vantagens proprias dêsse regime (que as tinha tambem, como todos) e de outro pela maior simplicidade das tecnicas daquela época, que tornava mais facil do que hoje o reunir competentes.

A competencia dos funcionarios do Absolutismo dimanava essencialmente da sua permanencia no cargo. O rei tendia por natureza a conservar nos officios quem ganhava a sua confiança, e já estava aclimatado a êles. Era essa, para o rei, a vantagem, o descanso, a comodidade, quer êle fosse bom quer fosse mau. Se bom, conservava os homens bons; se mau, os que lhe satisfazião as paixões; mas num e noutro caso, homens treinados e fieis. Quando um funcionário morria, estava indicado para o substituir um seu inferior com longa prática. Os ministros, sendo permanentes, derivavam das mesmas razões que o monarca o seu gosto pela permanencia no pessoal subordinado. Constituia-se assim uma burocracia fixa, nem sempre bôa por êsse facto, mas em suma familiarizada com as obrigações que lhe cabiam. Acrescente-se que essa familiarização era fácil, pela deminuta complexidade das tecnicas do tempo.

E no entanto... a nossa Monarquia absoluta não foi um paraíso de competencia. Todos conhecem os factos que demonstram esta asserção pelo que respeita ao seculo de setecentos; sobre o de seiscentos lembremos, como curiosidade, esta critica pitoresca de D. Francisco Manoel: «Começa-se por um pequeno de mau ensino, sua ponta de soberbo, falar em materias altas, posto que delas se não saiba a metade do que se diz; acompanhar aos grandes ministros, visitá-los e ser-lhes molesto. Fingir zelo e siso, quer o haja quer não; guardar oportunas correspondencias; desejar das damas, praticar sobre as novas, acudir ao paço, uma migalha de mexerico, quatro dedos de falar á vontade e gabar o que não importa uma mão travessa; achar razão, graça e justiça aos validos, importuno em lhes fazer cortesia, pontual em doencas, noivados e boas festas, e ser liberal, que é oiro sobre azul; que com isto, e

outra muita prolixidade, não pode aos trinta e cinco anos escapar vosso nome de andar nas consultas, quando menos em terceiro logar (1)».

Quem não ignore de todo a historia, sabe tambem o que era, pela mesma época, a incompetencia dos ministros da vizinha Espanha, a quem o autor da *Arte de furto* desfecha esta «blague» característica: «Um alvitrista ou estadista foi a Madrid haverá uns vinte anos, e disse que tinha achado um remedio singular para se dar fim brevemente ás guerras de Flandres com grande gloria de Castela. Estimou-se o alvitre como merecia; fez-se uma junta de todos os grandes e conselheiros para ouvirem o discurso do novo Apolo, que o recopilou em breves razões e disse a todos sem nenhum empacho: «Senhores, todos vemos muito breve que não prevalece Espanha contra Holanda uma hora mais que outra, ha tantos anos; e sabemos que o nosso poder é maior que o seu: donde se colhe que todas as vantagens que nos fazem procedem de que se sabem governar melhor do que nós: pelo que eu era de parecer que a majestade de el-rei Filipe mande os seus conselheiros para Flandres, e venham os conselheiros de Flandres para Espanha; e logo tudo nos irá de vento em pôpa, e Holanda de cabeça abaixo, e terão melhorado as perdas irremediaveis que nos assolam: porque as obram os conselhos, por cuja conta corre aplicar-lhes o remedio (2)».

Assim era na Monarquia absoluta. E hoje? Não vale a pena insistir, depois de tantos, no árduo do problema da competencia para a moderna Democracia, na fase tacteante em que está ainda para os povos para ela impreparados, os quais são, como se sabe, o maior número. Tratemos já da solução, procurando como o caso praticamente deve ser resolvido.

O logico é partirmos da definição da Democracia, que supomos poder ser esta: o regime em que os negocios publicos são fiscalizados pela opinião publica do país, e cuja tendencia é criar condições de igual dignidade para todas as pessoas. Facilmente se verá que se equivalem as duas idéas desta definição: a segunda é a expressão filosofica da primeira, e a primeira, o aspecto pratico da segunda.

(1) *Dialogo das Fontes*. Diz o mesmo autor, no mesmo dialogo, que «lástima é que para escolher um melão se façam mais provas e diligencias de sua bondade que para um conselheiro e para um ministro». Como se vê, o vicio é antigo e não foi criado pelas idéas liberais e democráticas.

(2) *Arte de furto*, Cap. XXX.

Posto isto, apliquemos a definição á nossa terra, e sentiremos imediatamente o vício basilar, a mentira radical da situação. Se a Democracia é o controlo do governo pela opinião publica, a primeira, essencial condição para a existencia da Democracia, é a existencia de opinião publica organizada, — coisa que em Portugal se não vê. Por culpa de quem?...

Decerto aceitarão esta evidencia: sendo os homens de governo, em Democracia, os executantes da opinião, quando tal opinião não existe podemos levar a mal que eles desgovernem, que sejam ladrões ou incapazes: mas não lhes podemos levar a mal que não governem democraticamente. Quer dizer: além dos governos, antes e acima deles, é necesssario haver opinião publica; é necessario haver quem a faça; e como quem a faz são os intellectuais e os homens da elite de cada classe, é indispensavel que êsses homens saibam cumprir o seu dever.

Em Inglaterra, os Ruskins, os Carlyles, os Dickens, os Mills, os Sydneys Smiths, os Cobdens, e com eles os intellectuais de terceira ordem, quando se decidem á acção social não crêem indispensavel o couraçar-se com a fôrça politica de um partido, com a protecção segura de um senhor chefe, com as mil influencias dos preponderantes; entre nós, por via de regra, o escritor põe a sua pena e o seu talento sob a vigilancia duma clientela; admira e escuta o senhor chefe, em vez de ser admirado e escutado por êle; e escreve sobre a pauta tortuosa do Toma-tento-não-te-comprometas. Há escritores espectaculosos e rêclamistas que são afinal de contas modestissimos: vêem no talento de que são dotados um consolo da vaidade ou um instrumento de ganhar protectores, nunca uma fôrça social, — e podendo dirigir espiritualmente um povo limitam-se a vagas prègações anódinas, contentes da manjadoira no parlamento, de um abrigo tácito na burocracia, dos louvores dos colegas nos jornais, ou de gosar da admiração sécia das meninas da sociedade. Os reus de não haver Democracia são portanto os governados, e sobretudo os que lhes deveriam dar a direcção espiritual. ; Quem há aí que ambicione — acima dos grupos e das clientelas, na alta independencia que compete ao Espirito, — ser o porta-voz, ou o representante, da GREI desencaminhada por habilidosos? E não havendo ambições dessas, — como pode haver opinião pública, e como pode haver Democracia?

Porêm, o assunto dêste sermão não é o dever do intellectual, mas o problema da Competencia. Deixemos em paz os grandes homens e respondamos, se nos é possivel, a esta pergunta: dado

que exista opinião pública (e é urgentissimo que a organizemos) como deverá ela intervir de maneira que os negocios, em Democracia, sejam tratados por competentes?

Comecemos por notar que o dominio exclusivo dos «competentes», dos tecnicos, dos especialistas, não é o ideal. Augusto Comte — muito citado e sublimado pelos escritores reaccionários — insistiu nos defeitos do especialismo, nos males da visão que se restringe a uma parte da realidade. O especialista tende a ver, numa função que engloba muitos interesses, só as vantagens e inconvenientes para a sua tecnica profissional. Ora, para reforço do principio democratico, succede que estes defeitos do especialista são compensados por um órgão que represente junto dele o ponto de vista da generalidade. O mundo da produção e da iniciativa particular (que anda sempre muito avançado em relação ao da politica) já resolveu, nesse sentido, o problema. Os chefes tecnicos dos caminhos de ferro, por exemplo, são especialistas da matéria; mas o corpo de directores é constituído por certo número de banqueiros, comerciantes, industriais, homens de experiencia geral administrativa representantes na empresa do mundo dos negocios, — representantes do público. Conheço Conservatorios de música governados da mesma forma, onde o corpo de direcção é constituído por alguns membros relevantes do público amator, gente entendida no assunto, culta e inteligentemente apreciadora, mas não especialistas ou profissionais. Esses homens, *que devem ser uma verdadeira elite*, estabelecem o contacto entre a opinião pública e o director especialista; representam o senso das proporções, a larga humanidade, as necessidades *gerais*, coisas em que o especialista, — enfronhado na sua tecnica, na sua escola, no seu temperamento, — não tem tempo, nem feitiço, nem desejo de se engolfar (1).

Bom senso, boa vontade, bom character, juntando a isto contacto íntimo com o pensamento social, eis as virtudes a exigir do representante da opinião pública, eleito pelo sufrágio. Da justa escolha desses representantes são responsaveis, em grande parte,

(1) Escolhamos, entre mil exemplos, o dos tecnicos artilheiros francêses, a quem a opinião pública, durante a guerra, impôs a orientação exigida pelas circunstâncias. A estreiteza dos especialistas está demonstrada, pelo que respeita á guerra, por um autor aliás trapalhão, Gustavo le Bon, no cap. v das suas *Premières conséquences de la guerre*:

«Le résultat montra que les hommes vraiment capables d'administrer un service public n'étaient ni des spécialistes, ni des avocats, mais des industriels ayant prouvé leur talent d'organisation par la direction de grandes entreprises» (p. 105).

os criadores de opinião; e por maiores mudanças que nesta se dêem, não há mister que se modifique o corpo de especialistas. Os chefes de serviço, mesmo os mais importantes, devem ser permanentes e não-políticos: compete-lhes a boa escolha dos meios e a nomeação do pessoal, enquanto os representantes da opinião pública são quem aponta aos especialistas os fins gerais que esta deseja (1).

Pelo que toca á maneira de recrutar os tecnicos, o pior sistema é o dos documentos e dos concursos. Tomem-se notabilidades consagradas, ou capacidades juvenis de que ha razão para esperar muito. Os industriais preferem moços de character e iniciativa, activos, inteligentes, atentos, ambiciosos, medindo o homem no seu conjunto, e olhando mais ás faculdades do que á sciencia de fresca data. E' o sistema do governo britanico, que não exige, por exemplo, para os empregados na administração da India, as habilitações especiais do cargo, mas as qualidades intimas de character, porque pensa, e muito bem, que os jovens de merito e ambiciosos não gastam tempo a estudar coisas que, se forem vencidos no concurso, resultarão de todo inuteis. Em compensação, o ter sido em Cambridge captain do cricket, jogo educativo, é uma condição de preferencia para o *civil service* no Egipto.

Em resumo: o principio da Democracia pode conciliar-se com a competencia com vantagem para os serviços, quando se coloque junto do especialista, do tecnico permanente, o representante eleito da opinião pública.

Este método de administração por especialistas fiscalizados pela opinião pública por meio dos seus representantes, é o tradicional no sistema politico inglês. A administração, quer nacional quer local, é dirigida por uma autoridade permanente, chefe de um corpo de subordinados tambem profissionais, devidamente fiscalizado por uma comissão electiva (directa ou indirectamente) que é o ministerio de gabinete ou a comissão do conselho local. O ministro, ou o «committeeman», pode eventualmente saber muitissimo do assunto, mas não pretende ser um tecnico. «O gabinete»,

(1) Este mesmo criterio determina a questão dos honorarios. O tecnico deve consagrar todo o seu tempo, mesmo talvez toda a sua vida, ao cargo que está exercendo; deve receber porisso um bom ordenado, que atraia os homens de capacidade. O representante da opinião pública deve receber o correspondente ao sacrificio que se lhe exige. Não tendo de lidar nos pormenores de execução, muitas vezes só poucas horas por dia carece de empregar no cargo público, podendo dedicar-se nas outras aos seus negocios particulares. Quanto menos tempo se lhe tomar, menos se lhe pague.

diz um socialista inglês, «é uma comissão de homens de senso, de intelligencia, de habilidade para os negocios, de capacidade prática, em contacto com a opinião pública, e, por isso mesmo, executantes de uma politica determinada; esses individuos são, por outro lado, fiscaes de um corpo de especialistas que conhecem todos os pormenores do trabalho do ministerio. Os officiaes permanentes obedecem ao ministro; o ministro obedece á opinião pública. O gabinete é uma ponte entre a nação e o tecnico, juntando a prática á teoria. A sua função é, por assim dizer, transformar as imagens enviadas ao longo dos nervos sensitivos, em ordens remetidas pelos nervos motores. Não é elle que faz andar os serviços; mas dirige-os em determinada direcção (1)».

Terminamos pela citação desta página, porque cremos estar nela claramente exemplificada a maneira de conciliar a competencia com a fiscalização pela opinião pública, quer dizer, a competencia com a Democracia. Mas para que a opinião pública fiscalize é necessario que ela exista; e a existencia de uma opinião pública legítima e eficaz depende de um sistema de EDUCAÇÃO. E' este o foco a que vão ter, finalmente, todos os vectores do pensamento politico, todos os problemas da Democracia.

ANTONIO SERGIO.

«Não devemos considerar o futuro como um dom benevolo a receber, mas como uma conquista a realizar. Ele será o que nós quisermos que ele seja».

PAULO DESJARDINS.

«E' pela acção suggestiva e contagiosa dos individuos de elite sobre a colectividade que se explicam as formações e as transformações da sociedade».

G. TARDE.

«Não pode haver uma regeneração nacional sem uma regeneração moral, não pode haver uma regeneração moral sem uma educação energica.»

FICHTE.

(1) R. RAMSAY MC DONALD, *Socialism and government*, vol II, p. 34-35.

A SITUAÇÃO INTELECTUAL

O Problema das bibliotecas em Portugal

Il tempo porterà senza dubbio rimedio a questi piccoli guai: ma forse noi non vivremo tanto da godere del cambiamento, ne godranno i figli nostri, che a buon conto noi, edotti dalla esperienza, avvieremo ad altre carriere.

GIUSEPPE FUMAGALLI, in *Manuale del Bibliotecario* de Pethzholdt, trad. Biagi e Fumagalli, «Note», pp. 309-310.

As bibliotecas públicas teem um duplo fim: 1.º um fim propriamente cultural, o de auxiliarem a criação da ciência, e especialmente a da ciência histórica; 2.º um fim de vulgarização e de informação actual, de maneira a fornecer a todos os elementos mais convenientes para o aperfeiçoamento da sua educação, ou a resolução dos problemas técnicos que se lhes deparam na prática da sua indústria ou do seu officio, ou se põem a cada passo no exercício dos seus direitos de cidadãos. Para êstes diversos fins se criaram nas nações civilizadas dois meios correspondentes: 1.º as bibliotecas eruditas (das universidades, das academias, dos institutos científicos), que teem por objectivo capital o *progresso da própria cultura*; 2.º as bibliotecas populares (1), as *free libraries*, cuja missão essencial é *utilizar*, applicando-as ás necessidades práticas e educativas, as conquistas da Cultura (2). As primeiras são laboratórios da Ciência, as segundas organismos de informação. Estas diferenças teóricas traduzem-se praticamente numa completa diferenciação dos serviços biblioteconómicos, desde a aquisição dos livros até á leitura interna e domiciliária. Uma *biblioteca nacional* é uma biblioteca erudita que acumula, com a função cultural de todas as bibliotecas dessa categoria, e afinal com o mesmo fim último, a missão de conservar para o futuro as obras do presente e do passado, especialmente tudo o que é e foi impresso no respectivo país, e de centralizar a bibliografia de toda a documentação nacional, estabelecendo, assim, o nexu indispensavel entre todas as bibliotecas da nação.

(1) A designação de bibliotecas populares é imprópria, mas é a corrente nos países latinos.

(2) Não fazemos aqui referência às bibliotecas especiais.

Há bibliotecas em Portugal?

Há depósitos de livros, não há bibliotecas.

Não há bibliotecas que informem o industrial, o agricultor, o comerciante, sobre os últimos progressos técnicos dos outros países, pondo-os assim ao abrigo duma concorrência desvantajosa. Não temos maneira de colher uma informação rápida, eficaz, moderna, sobre qualquer assunto de ordem prática, adubos agrícolas ou fabrico do giz, criação do gado ou óleos minerais, irrigações ou fabricação dos vernizes, leis dos acidentes de trabalho ou representação proporcional. Em Portugal não há bibliotecas populares.

Em Portugal também não há bibliotecas eruditas. Elas não auxiliam o intelectual português nas necessidades da sua investigação, já porque não possuem os elementos de trabalho e as obras essenciais a toda a verdadeira cultura (especialmente as fontes históricas), já porque as que possuem não estão registadas e catalogadas duma maneira metódica e conveniente.

Em Portugal também não há, realmente, uma verdadeira biblioteca nacional. Uma biblioteca não é nacional só porque é mantida pelo dinheiro da nação, mas por que realiza fins, objectivos *nacionais*. A Biblioteca de Lisboa é um órgão que não desempenha a sua função normal, pela inexistência de uma organização sintética, que ligue os serviços, os integre num plano de conjunto e dê a todos como fim último uma perfeita constituição da documentação nacional para elevação intelectual do país. Ela nunca fez nem tentou fazer qualquer coisa para a organização da bibliografia nacional; para a constituição do catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas; para a federação de todas as bibliotecas num só organismo documental, ao serviço dos interesses intellectuais da nação. No seu isolamento claustral, tudo se passa como se as outras bibliotecas não existissem, e ela não tivesse de constituir o nexó entre essas bibliotecas; numa palavra, como se ela não fôsse nacional.

Não há, pois, bibliotecas em Portugal, mas depósitos de livros guardados por bibliotecários, que também só de nome o são.

Porque não há bibliotecas em Portugal?

Porque o público ainda não compreendeu entre nós que elas são necessárias á vida prática, á vida cívica, á vida intelectual da GREI, como o compreenderam a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos, grandes nações industriais e científicas, grandes nações de *cidadãos*, que são também grandes nações de bibliotecas. Porque o Estado imagina que elas constituem um simples luxo acessório da civilização (quando são realmente um dos seus instru-

mentos essenciais), que não realizam na terra senão uma missão puramente platónica e decorativa, e que não vale, pois, a pena gastar dinheiro com elas. Gasta dinheiro, muito ou pouco, com a sua instrução primária e secundária — 2.100 contos —, mas descarta absolutamente a educação post-escolar, uma das mais uteis numa Democracia, e que se realiza principalmente por intermédio das bibliotecas; em Portugal o Estado abandona o indivíduo desde que êle sabe ler; pensa assim ter feito dêle um cidadão. Gasta dinheiro, muito ou pouco, com a sua instrução agrícola e industrial — 600 contos —, mas pensa que com as bibliotecas que deveriam pôr o agricultor ou o industrial a par do se que faz lá fóra, nos países de contínuo avanço técnico, não se deve gastar dinheiro nenhum. Gasta dinheiro, muito ou pouco, com a sua instrução universitária — 800 contos —, mas não mantém como deve um dos órgãos supremos da Cultura, um dos laboratórios da sciência nacional, um dos estabelecimentos da educação superior — aquele que, segundo as expressões dos relatórios da grande Library of Congress, de Washington, tem por fim «to aid research... to advance the boundaries of knowledge», isto é, uma biblioteca nacional. Numa palavra, o Estado dá a cada um o seu instrumento elementar de cultura, o seu alfabeto, e despreza os organismos sem os quais êsse alfabeto não tem utilidade nenhuma. O Estado gasta todos os anos 1.500 contos com a sua instrução elementar, para que 1.500.000 portugueses possam lêr — o *Século*.

Mas afinal — objectarão — há um orçamento das bibliotecas, o Estado destina uma parte dos rendimentos públicos á sua sustentação. Sim, o bastante para fingir, muito grosseiramente, que elas existem, mas muito menos do que o suficiente para que existam *de facto*.

Cinjamo-nos, por hoje, á nossa Biblioteca Nacional, pois cremos que é da reforma radical dessa instituição que se deve partir para organizar todos os serviços de bibliotecas em Portugal.

Eu parto da hipótese — hipótese puramente gratuita, decerto, mas que me é necessária para a elaboração dêste artigo — que o intelectual português resolveu afinal sair da sua apatia de cúmplice e da sua criminosa indiferença para formular o seu protesto e as suas reclamações. E vou mencionar aqui quais deveriam ser, no meu entender, essas reclamações.

1.º *Que ela fizesse a organização de toda a documentação nacional no domínio dos impressos.*

O que é organizar a documentação nacional no domínio dos impressos? E' centralizar todos os serviços de aquisição de livros

e de catalogação das bibliotecas públicas de maneira a aumentar a riqueza bibliográfica do país e a constituir o que poderemos chamar o *catálogo colectivo da Nação*. E' criar a grande rede bibliográfica, fazer com que as riquezas documentais que pertencem a cada Cidade sirvam os interesses gerais da GREI. E' fazer de todas as nossas bibliotecas uma só grande biblioteca, onde tudo esteja combinado, em que não haja duplicações inúteis, nem na aquisição das obras nem na elaboração dos catálogos. E' criar, enfim, um organismo central de informações bibliográficas para todos os investigadores, de maneira a todos êles poderem saber em que biblioteca do país se encontra tal ou tal instrumento de trabalho, e dar início á publicação duma *bibliografia geral* da literatura portuguesa.

Pormenorizemos.

Há no nosso país três bibliotecas beneficiárias do direito de depósito legal. Toda a obra publicada em Portugal deve ser remetida á biblioteca nacional de Lisboa, á biblioteca municipal do Pôrto e á biblioteca da Universidade de Coimbra. Entram anualmente, em média, em cada uma dessas bibliotecas, uns 3.000 volumes dessa proveniência. E todos os anos um certo número de bibliotecários, uns em Lisboa, outros no Pôrto, outros em Coimbra, catalogam por sua vez êsses 3.000 volumes, quando bastaria que uma só dessas bibliotecas se encarregasse de proceder a tal trabalho, remetendo ás outras duas os respectivos verbetes. Mais ainda: acontece que todos os anos essas e outras bibliotecas do país adquirem por compra os mesmos livros, e assim, se Portugal podia ter uma riqueza bibliográfica (em espécies diferentes) representada por 1.000, tem apenas uma riqueza bibliográfica representada por 100.

O que há a fazer? Um serviço combinado de aquisições e de verbeteação, de maneira que se não façam compras inúteis e verbetes inúteis e se aumente o rendimento efectivo do que se gasta em bibliotecas. E' preciso ainda que todo o investigador possa saber, por intermédio da biblioteca nacional, em que biblioteca do país pode encontrar tal ou tal obra. Para isso torna-se necessário proceder á organização dum *catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas*, que será assim realizado: a biblioteca nacional encarrega-se de imprimir os verbetes de todas as bibliotecas do país, enviá-los para cada uma delas e reservar um certo número de exemplares de cada ficha para a elaboração do catálogo colectivo de que falámos, ficha que terá a indicação da biblioteca em que o livro se encontra e da cota ou marca biblioteconómica que nela

teem os respectivos volumes. E' evidente que, sendo comuns muitas obras ás diferentes bibliotecas, êste trabalho seria susceptível duma consideravel simplificação. Teriamos assim em Lisboa o catálogo de todas as bibliotecas portuguezas e um serviço de informações bibliográficas que poderia ser utilizado pelos investigadores da capital e da provincia. As suas informações documentais não se limitariam, porém, aos livros existentes no país, mas estender-se-hiam a todo o dominio da bibliografia, graças aos numerosos repertórios de que uma biblioteca nacional deve ser possuidora.

Não estou a inventar nada, nem a levantar castelos no ar. Estou a dizer, muito simplesmente, o que lá fóra existe, e o que cá dentro pode e deve também existir. Na Alemanha está em publicação, sob a forma de verbetes e de volumes, um *Gesamtkatalog* das respectivas bibliotecas. Na França fôram já impressos os catálogos colectivos dos manuscritos e dos incunábulo de todas as bibliotecas francesas. Na Suécia e na Dinamarca as aquisições recentes são catalogadas numa bibliografia colectiva de todas as bibliotecas (na Dinamarca essa bibliografia abrange 29 bibliotecas). Na Noruega não é só a catalogação que é colectiva, mas a própria aquisição e circulação dos livros. Todas as bibliotecas norueguesas fazem hoje parte duma organização centralizada e unificada, a qual aplica em toda a parte os mesmos métodos, elabora o catálogo num único lugar e para todas ao mesmo tempo, e faz circular rapidamente os livros de biblioteca para biblioteca, graças a um regimen postal aperfeiçoado (1). Nos Estados Unidos a Biblioteca Nacional de Washington (*Library of Congress*) já imprime hoje em dia os verbetes de centenaes de bibliotecas americanas e possui também um catálogo em fichas da maior parte dessas consideraveis colecções. Também ela mantém um serviço de «answers to inquiry through correspondance», que dá, além de outras, informações bibliográficas «as to the most useful existing authorities on a particular subject and where they may be available», «as to the date, price, and probable present cost of a specified book», «for the source of a particular quotation, if ascertainable by ready reference», etc. (2).

E' urgente criar também, como se está fazendo em todo o mundo, uma bibliografia universal, crítica, com classificação por

(1) Fontaine e Otlet, *Congr. Intern. de Bibliogr.*, Bruxelas, 1908, p. 164.

(2) *Library of Congress. Rules and Practice governing the use and issue of books*, Washington, 1908.

matérias, das publicações do país. Em toda a parte se está entendendo a bibliografia como uma função nacional, ou, por outra, como uma função das bibliotecas nacionais (1). Deu primeiro o exemplo a administração do British Museum.

2.º *Um serviço de empréstimos de livros entre bibliotecas*, sem o qual a organização federal de que acabámos de falar pouco mais seria do que platónica. As bibliotecas não pódem ser, como escrevia em 1844 o bibliotecário-mór José Feliciano de Castilho, «lanternas surdas que só alumiem para dentro». Não há nenhuma grande biblioteca, hoje em dia, em todo o mundo, que repudie sistematicamente o empréstimo. Não há nenhum tratadista de valor, desde Petzholdt e Gräsel até Guido Biagi, Poole e os outros mestres americanos, que defenda a sua supressão (2). Os votos dos congressos internacionais de bibliotecários afirmam, pelo contrário, a necessidade duma maior extensão dessa prática. Pelo que nos diz respeito, pondo termo ao serviço dos empréstimos, não demonstrámos com isso a sua inconveniência, não fizemos mais que demonstrar a nossa incapacidade de o organizarmos. E' o que se chama resolver uma dificuldade pela sua simples eliminação. Torna-se urgente fazer ver ás diferentes bibliotecas a legitimidade e a utilidade do empréstimo, e regulamentá-lo de novo, mesmo na Biblioteca Nacional, onde é mister, evidentemente, cercá-lo daquelas reservas e garantias que exigem o seu papel de biblioteca erudita e de conservação, e limitá-lo, pois, ás espécies que é impossível obter doutra qualquer biblioteca e que se podem tornar necessárias num trabalho de investigação verdadeiramente sério. Não é o papel duma biblioteca nacional auxiliar os meninos a redigir os seus temas, mas os investigadores a fazer avançar o estudo duma questão. Se o empréstimo deu funestos resultados á Biblioteca de Lisboa, é porque «responsabilidades a que no *termo de empréstimo* é norma sujeitarem-se as pessôas que da Biblioteca Nacional recebem livros emprestados, não passam muitas vezes de responsabilidades teóricas», como dizia um antigo director (3). E Baudrillart,

(1) Cf. Langlois, *Manuel de Bibliographie historique*, 1896, p. 177; Campbell, *The Library*, 1893-96; *Rev. Intern. des Archives*, I, pp. 113 e segg.

(2) Gräsel, que é o profeta incontestado da nossa Biblioteca Nacional, claramente diz: «A despeito dos perigos que o empréstimo faz correr ás collecções, não pensamos todavia que se deva suprimi-lo, porque se as bibliotecas teem por fim conservar os livros, elas teem também o de pô-los, o mais liberalmente possível, á disposição dos estudiosos». (*Manuel de Bibliothéconomie*, trad. fr., p. 407).

(3) Xavier da Cunha, *Boletim das Bibliothecas e Archivos*, II, p. 161.

que foi inspector das bibliotecas e arquivos na França, declarava expressamente: «La plupart des bibliothèques... interdisaient la sortie des livres d'une manière générale, les unes se fondant sur la crainte des détériorations et des pertes, les autres sur l'expérience même qu'elles en avaient faite antérieurement. Or, en allant au fond des choses, voici ce qu'on trouvait. *Ce qu'on appelait les abus du prêt tenait presque toujours à ce que les livres avaient été confiés au public sans contrôle, sans inscription sur des registres spéciaux, sans durée réglementaire, sans réclamation faite aux emprunteurs.* Dans les bibliothèques bien tenues, M. Baudrilart a pu constater que le prêt, sous la réserve des restrictions et des précautions indiquées, n'avait eu que peu d'inconvénients, *tandis qu'au contraire, très souvent les bibliothèques qui, au nom de scrupules et de préventions, refusaient toute communication des ouvrages au dehors n'étaient pas mieux tenues pour cela comme simples dépôts.* Dans quelques-unes, la même incurie qui refusait le prêt au public faisait qu'on évitait de prendre les précautions nécessaires contre des ennemis redoutables, la poussière, l'humidité, les insectes...» (1) Estas palavras aplicam-se, com uma precisão admirável, á nossa Biblioteca Nacional. Não resta dúvida: fixemos o prévio depósito em dinheiro, invariavelmente exigido e numa quantia superior ao valor do livro; estabeleçamos um prazo máximo para a restituição dos volumes emprestados e multas severas para todos os abusos, e terminarão de vez as «responsabilidades teóricas», que o nosso regimen de irresponsabilidade criou e manteve. E' urgente fazê-lo. Os interesses legítimos dos investigadores não podem estar á mercê das incompetências da administração. Se uma biblioteca nacional tem por missão conservar os livros, é porque é esse o único meio de êles sêrem utilizados no futuro. A maior utilização cultural constitue, pois, aqui, o critério supremo. Seria estranho que em nome dum futuro hipotético, puramente verbal, se lesassem os interesses culturais de todos os sucessivos presentes!

(Continua.)

RAUL PROENÇA.

(1) *Bulletin des Bibliothèques et des Archives*, 1889.

61/66

A SITUAÇÃO POLITICA

A oportunidade oferecida pelo 8 de Dezembro

Chegara-se a uma situação verdadeiramente intoleravel. A guerra agravara muito as já más condições de vida, e a nossa participação nela mais ainda as agravara. Em cima, nas altas regiões governativas, — os gastos desmedidos, as concessões e fornecimentos escandalosos, os abusos do poder, as injustiças flagrantes, a insolencia e a violencia na repressão de qualquer protesto mais ou menos justificado, o adiamento de todas as questões importantes; em baixo, — as dificuldades cada vez maiores duma vida cada vez mais cara, a miseria, a fome, o protesto, a revolta mais ou menos latente alimentada por uma propaganda intensa e surda, acusando o governo dos mais monstruosos atentados, de vender o sangue dos cidadãos, de ter tomado a intervenção na guerra como pretexto para as mais desenfreadas negociatas, garantidas pelos meios violentos que o proprio exercicio do poder lhe fornecia. O terror manso em que se tinha ultimamente vivido ia-se tornando violento; agentes do governo assassinavam e ficavam impunes. No proprio partido «democratico» se condenava já o governo. A atmosfera social era irrespiravel.

Era necessaria uma solução, que não podia deixar de ser violenta. Tinham-se criado interesses muito importantes que não abandonariam facilmente a prêsas e que davam ao governo um apoio seguro para que ele pudesse entrar desassombradamente no caminho da repressão. A victoria completa do governo, uma recomposição com o sr. Norton na presidencia, traria o atentado pessoal; mas a derrota do governo, só com um movimento militar: e quem o faria? O partido unionista era o apontado, mas ao mesmo tempo considerado incapaz de resolver a situação.

Eis, rapidamente indicado, o estado d'alma do paiz, e muito principalmente de Lisboa, quando no dia 5 de Dezembro, ás 7 horas da tarde, começaram as descargas de artilharia dadas no local já classico das revoluções lisboetas, na Rotunda. Todos esperavam a insurreição militar, tão bem e tão antecipadamente anunciada, e o governo mais do que ninguem. A grande maioria, na forma do costume, sumia-se, e, tendo de sacrificar os seus habitos ambulatorios, recolhia a casa á espera que outros lhes

dessem o que mais ambicionavam: uns o socego para poder divertir-se, e outros a ordem necessaria para poder trabalhar o suficiente para não morrer de fome.

No dia seguinte intensifica-se a luta, e começa-se a falar no Dr. Sidonio Paes, nome quasi desconhecido, como comandante dos revoltosos; na tarde do segundo dia de combate, o governo junta as forças fieis, constituídas sobretudo por marinheiros, e atira-as a peito descoberto contra o reducto dos insurrectos. E' uma luta encarniçada onde todos se batem bem, e onde os marinheiros alcançam uma derrota gloriosa. O governo então desaparece, o presidente interino Norton e o chefe da divisão naval Leote do Rego acolhem-se a um navio inglês, os outros membros do governo esgueiram-se.

Vencedores, os revoltosos distribuem proclamações declarando-se defensores da Republica contra a demagogia e fieis a todos os compromissos da aliança inglesa e da participação na guerra. A Junta revolucionaria, composta dos snrs. Dr. Sidonio Paes, do antigo e intrepido defensor do ideal republicano Machado Santos, e do capitão de cavalaria Feliciano da Costa, vê-se compelida a prender o presidente Dr. Bernardino Machado, a dissolver o Parlamento, e organisa um governo provisório presidido pelo Dr. Sidonio Paes, no qual, além dos membros da Junta revolucionaria, entram os snrs. Dr. Moura Pinto, Aresta Branco e Santos Viegas, unionistas, os srs. Alfredo Magalhães e Tamagnini Barbosa, centristas, e o snr. Francisco Xavier Esteves, professor e industrial do Porto, antigo republicano não filiado. Logo depois de constituído o governo, um dos seus primeiros actos foi nomear o snr. Christovam Moniz, agronomo, director das subsistencias, com poderes especiaes e largos. Depois nomeou autoridades, prendeu os partidarios do governo transacto mais comprometidos, e foi divulgando os grandes e variados escandalos que encontrou nos ministerios. Tudo isto determinou um alívio geral. Os monarchicos, sem abdicar das suas ideas, apoiaram o novo governo; os partidos democratico e evolucionista retraíam-se; os unionistas, dando tres dos seus ao ministerio, não deixavam de tomar (como de costume) uma attitude enigmatica. A 30 de Dezembro o *Diario do Governo* publicava um decreto que elevava a presidente da Republica o Dr. Sidonio Paes, e foi este que no dia 1. de Janeiro, no palacio de Belem, recebeu como chefe de Estado os cumprimentos duma numerosa assistencia.

Os escandalos dos governos da «União Sagrada» continuam a aparecer: os relatorios Roçadas e Gil, o caso do filho do

deputado Pope, o bodo do ministerio de instrução, os fornecimentos sem concurso e as compras sem autorização, a administração dos bens dos inimigos, o incendio do deposito dos fardamentos, as revoltantes injustiças dos serviços de guerra, etc., etc., são chefes de fila duma enorme caterva onde ha de tudo, e donde sai a impressão dum saque audacioso e sistematicamente organizado.

A opinião publica, meia acordada, pede mais, indigna-se e põe-se ao lado do governo. Mas isto mesmo faz carregar a atmosfera; conspira-se por toda a parte, o desasossego volta, as tropas continuam de prevenção, e anuncia-se para breve um novo 14 de Maio que afinal rebenta a 8 de Janeiro, com a revolta dos marinheiros, mas que não vinga graças á intervenção energica, rapida e previdente do proprio chefe do Estado, que, dominada assim a revolta dos marinheiros, resolve visitar o País começando pelo Norte e indo ao Porto, Braga e Viana. Depois de algum tempo passado em Lisboa, visita o Sul: — Alemtejo e Algarve. Tanto no Norte como no Sul as populações levantam-se com uma unanimidade e com um entusiasmo só comparaveis ás manifestações dos primeiros dias da Republica, tributando ao chefe da revolução as mais inequivocas provas de aplauso á sua pessoa e aos seus intentos, proclamados em discursos onde ele vai apresentando a idéa de uma Politica Nacional dentro da qual todos os Portugueses possam viver e pela qual se possa fazer o resurgimento do País, idéa a que alia a resolução de governar sem se submeter aos interesses de um qualquer partido e de propor a eleição presidencial em sufragio directo. Todas estas declarações teem sido aplaudidas pela Nação.

A situação está resolvida? Terminaram de vez as agitações e as revoluções? Entrámos definitivamente no caminho da prudencia e do juizo? Não; a situação está até em riscos de se comprometer de todo, e com a agravante de não faltarem condições mais do que suficientes, algumas delas pela primeira vez, para um resurgimento da sociedade portuguesa. Porquê? O mal estar cronico, um momento adormecido pelo tiroteio da luta, reaparece agora agravado. Surdamente vae-se formando uma opposição ameaçadora alimentada pelas dificuldades crescentes da vida, pela absorção do governo no problema da ordem, e pela propaganda das opposições prejudicadas nos seus interesses partidarios e pessoaes. E por outro lado as necessidades imperiosas que determinaram a insurreição e que a fizeram triunfar ainda não foram satisfeitas, e elas são tão imperiosas e tão importantes que, se não forem satisfeitas, virá fatalmente a fome, a desordem, a guerra civil com to-

dos os seus horrores e a intervenção estrangeira com todos os seus inconvenientes. E porque é que ainda o não foram? Porque, triste é declaral-o, a verdadeira significação de 8 de Dezembro ainda não foi devidamente interpretada. De quem tem sido a culpa? Do governo provisório, que está agora organizando o movimento? Da junta revolucionaria, que preparou o movimento? Deles em parte, mas muito mais da elite ilustrada que ainda não interveio cumprindo a sua verdadeira missão patriótica, esclarecendo, orientando e organizando-se. Torna-se pois urgente e imperioso saber que oportunidade nos oferece o 8 de Dezembro. Reacção contra o saque tirânico dos governos democraticos e dos da «União sagrada», sim, mas foi mais alguma coisa. Foi principalmente uma reacção instinctiva contra o espirito e a organização social da sociedade portuguesa, que se tornara incapaz de poder sair da crise temerosamente decisiva que a domina neste momento. Vivemos dentro duma forma e com um espirito que não nos permite satisfazer as nossas mais fundas necessidades de vida e de expansão. Acontece até que a organinação dentro da qual vivemos está feita dum modo tão habil que, quanto mais nos desenvolvemos, mais a organização nos aperta. Esta organização e este espirito tem uma historia que os esclarece de modo a tornar-se possível uma intervenção consciente dos que lhe tem sofrido os efeitos desastrosos. Torna-se pois indispensavel saber como é que esse espirito e essa organização se formaram e desenvolveram.

A grande convulsão napoleonica, precipitando a separação do Brazil e infiltrando-nos idéas novas, impoz-nos uma nova vida, criando um problema nacional que nos tem dominado, numa crise quasi permanente. Os liberaes tentaram resolver o problema a seu modo, mas as condições do País tornaram difficil a execução da obra, que saiu imperfeita. Criou-se uma estrutura moderna, mas não se criou um espirito moderno; viveu-se porisso numa serie de revoltas, bancarrotas e desastres politicos.

Falharam a dictadura liberal, os governos constitucionaes, a revolução de Setembro, os Ordeiros, os Cartistas, os Cabralistas; só vingou a Regeneração, transigindo com vicios antigos e satisfazendo viciosamente necessidades novas. Portugal tornou-se uma agencia de negocios escuros, sem a mais leve preocupação nacional e moral. Esta consolidação viciosa, cujos perigos Herculano tão bem previu, foi aceite por todos. Viu-se a massa da Nação, atrasada e explorada, dando os dois primeiros artigos de exportação (gado humano e productos agricolas), ao passo que uma oligarquia a explorava, e que o ensino, adaptando-se, como

sempre, ás necessidades dominantes, auxiliava com perfeição o desenvolvimento do sistema. A Inglaterra, nossa fornecedora de capitais e produtos manufacturados, e consumidora dos nossos produtos agricolas, — protegia-nos a existencia.

No entanto, a riqueza desenvolvia-se; constituia-se uma classe media; formavam-se, nas duas grandes cidades, massas operarias; e começava-se a sentir a exploração desalmada da oligarquia, senhora do Estado e dos partidos, e a necessidade de reagir contra ela. Essa justa reacção, nunca satisfeita dentro do regime monarchico, intensificada mas pervertida pelos chefes republicanos, determinou o 5 de Outubro.

O momento não podia ser mais propicio; a Nação entregou-se absolutamente nas mãos dos ditadores do governo provisório, que nem pensaram em resolver os verdadeiros problemas nacionaes, pela modificação radical da estrutura oligarquica e do espirito que a animava; pelo contrario, instalaram-se nessa estrutura, indo ocupar, com os mesmos vicios e com mais voracidade, os logares onde tinham estado os dirigentes monarchicos. O sistema parasitario agravou-se assim com a victoria republicana, que lhe forneceu novos parasitas e lhe inutilizou a verdadeira opposição popular. Foram então os politicos monarchicos e catholicos que se encarregaram, com os seus ataques intempestivos e sem a menor autoridade, de dar fôrça aos governantes republicanos permitindo que estes, defendendo a Republica, não se desautorizassem de todo aos olhos das massas ludibriadas por eles. Perdeu-se assim a oportunidade do 5 de Outubro; deixaremos perder a do 8 de Dezembro?

A sociedade portuguesa chegara a um bêco sem saida. Os politicos republicanos faliam miseravelmente, porque, burlando o movimento de protesto que abatera a Monarquia, não tinham feito mais do que dar nova fôrça ao sistema oligárquico; do outro lado estavam os politicos monarchicos, desacreditados pelo seu passado e ainda pela sua attitude depois do 5 de Outubro; os catholicos, comprometidos pelo apoio que tinham dado ás corrupções da Monarquia e pelo seu procedimento sem nobreza e sem fé diante das violencias demagogicas; a mocidade academica, por um justo sentimento de revolta contra o existente, aparecia monárquica; os operarios, — a escada principal sobre que os chefes republicanos haviam trepado, — sentindo-se torpemente burlados, explorados e sovados, insurgiam-se em reacções desordenadas; o povo provinciano, sob o cajado do cacique, outrora monarchico e agora «democratico», continuava a sustentar com paciencia o ve-

lho sistema robustecido, e a emigrar cada vez mais, chegando á cifra formidavel de 100.000 almas por ano. A situação apparecia insolúvel quando rebentou a guerra.

Mais uma vez o destino nos salvava de um perigo interno iminente, e mais uma vez a Nação não soube tirar partido dessa extraordinaria oportunidade. Foi a oligarquia, com rótulo «democratico», que a aproveitou (havemos de convir que com habilitade e audácia) e caiu-se na situação já descrita, que trouxe como resultado o 8 de Dezembro.

Neste momento vê-se de um lado a Nação, esperançada de que a nova situação politica procure com sinceridade resolver o problema, entrando numa *vida nova* e organizando honestamente a Republica; do outro, a *vida velha*, os interesses oligarquicos, mais ou menos consubstanciados com intrigas partidarias, e apelando para principios teoricos que já serviram de capa a todos os abusos. Senhora do governo, a revolução, aclamada pelo País, será tão só mais uma oportunidade desaproveitada para o ressurgimento, se a Nação não souber organizar-se e tomar a iniciativa necessária para que se possa resolver o problema nacional, pela destruição do velho sistema parasitario e oligarquico, e pela transformação radical do nosso modo de vida. Foi o sentimento desta necessidade de um esforço da Nação que determinou o apparecimento da LIGA DE ACÇÃO NACIONAL; só assim o desejo de reforma poderá aproveitar a oportunidade que lhe ofereceu o 8 de Dezembro, e transformar a revolta militar numa regeneração nacional.

F. REIS SANTOS.

«Toda a nação em que o espirito de associação se extinguir ficará condenada a perecer em pouco tempo».

DURKHEIM.

«Os países em que não existe o espirito de associação e a arte de se associar são os países em que naturalmente nasce e se desenvolve o despotismo, como em seu terreno proprio».

E. FAGUET.

«Há algo melhor, mais util, mais difficil do que morrer pela Patria: é viver para ella».

W. GILL.

«Nunca consideremos uma idea como quimerica e como um belo sonho simplesmente porque apparecem obstáculos que lhe demoram a realização».

KANT.

DEPOIMENTOS

A nossa instrução primaria, vista através dos exames

O ensino em Portugal, dum maneira geral, constitue um crime, mais ou menos consciente; é uma calamidade pública, todo êle, desde o primario, em que inicia a sua obra, até ao superior em que a finda. Pretendo no presente artigo comprovar o meu asserto no que respeita ao primeiro, apresentando algumas observações colhidas por mim, ha alguns mezes, nuns exames a que presidi. Os exames são feitos em intima relação com o ensino, tal como está organizado; se assim não succedesse, isto é, se fossem como deviam ser, feitos por uma forma inteligente, as aprovações tornar-se-hiam raras; por outro lado o ensino é feito em relação intima com o exame, visa não a educar de facto, mas a fornecer um diploma, visa portanto ao exame, fim ultimo, fim supremo. As crianças estão apenas em estado de responder a perguntas como estas, ouvidas por mim: Qual é o substantivo cognato de semear? O que é o vacuo? De quantos distritos é formada a provincia do Douro? Onde fica a serra da Grandola? Em que reinado foram mortos os Tavoras? Quantos deputados ha? Quais são os seus deveres para com o seu pai e a sua mãe? Quais são os órgãos que estão no torax? Onde está o occipital? As respostas são na maior parte dos casos inconscientes, correspondem a um esforço de memoria, a um trabalho de decorar, a nada mais, como tantas vezes verifiquei. Respostas correctas são intercortadas de verdadeiros disparates, dando a impressão de que o espirito da criança é um caos, que o que elas dizem, pelo modo como o dizem, se refere a um mundo estranho a elas, que elas nunca viram. A uma criança com toda a apparencia de normalmente inteligente, tendo sido perguntado se o ferro era bom condutor do calor, ela respondeu que era, porque o ferro atraía os corpos; a uma outra, tendo-lhe sido perguntado como se obtinha o alcool, disse que por filtração; uma terceira, depois de ter dito quais eram os tres poderes do Estado, como a interrogassem sobre quem representava o poder judicial declarou que era o presidente da Republica; uma quarta, de quem se procurou saber quantos habitantes tinha Portugal, respondeu, interpretando mal uma indicação minha, que tinha um, e sendo-lhe perguntado quem era esse um, pronunciou

com toda a seriedade o nome do Sr. Dr. Bernardino Machado; uma quinta, que definira perfeitamente o phenomeno da ebulição, preguntada se alguma vez o vira, disse que nunca (1); uma sexta, devendo indicar o reinado em que os portuguezes conquistaram Tanger, respondeu que era o de D. Duarte; tendo-lhe sido depois notado que não era exacto, disse que fora no de Afonso Henriques, acabando por declarar, num grande esforço triunfador de memoria em que a fisionomia se lhe iluminou de prazer, que fora no reinado de D. Afonso V. O terror que se apossa da maior parte destas pobres crianças é comovedor; algumas vi eu chorar perdidamente.

Uma rapariguinha, que nada indicava ser anormal, mas apenas ter uma intelligencia lenta, e que me fora dito ser muito estudiosa, fartou-se de verter lágrimas emquanto esperava a vez de ser examinada, e ao sê-lo só disse desconchavos; o aspecto da pobre criança fazia dó. Foi com grande pezar que votei a sua reprovação, uma das poucas que houve, pois em face da desgraçada situação do ensino, de que eu tinha ali vivos e concretos testemunhos naqueles desgraçados exames, adoptei o criterio da mais extrema benevolencia.

A esses exames corresponde um sistema de empenhos, vindos de todas as proveniencias, que persegue continuamente o juri, o qual se vê em breve possuidor de enorme quantidade de papelinhos com o nome dos recomendados, isto para não falar nas cartas que recebe. Estes exames a que eu presidi, e a que rapidamente acabo de me referir, vieram-me confirmar o que eu sabia do ensino primario entre nós. O ensino primario em Portugal é uma burla, uma burla tanto mais criminosa quanto, aliada á acção dissolvente da familia portuguesa e do nosso meio social, contribui duma maneira poderosa para destruir a espontaneidade da criança, atrofiar-lhe a intelligencia, perverter-lhe o character, incutir-lhe habitos de mendicidade, de hipocrisia, de mentira, de pedantismo, de subserviencia. Estas tristes verdades teem sido ditas e reeditas por homens de reconhecida autoridade. Assim, por exemplo, referindo-se á educação intellectual, diz o Sr. Dr. Adolfo Coelho:

(1) Ainda ultimamente um amigo meu quis saber de um estudante o que fôra a sua lição dêsse dia. Resposta: condensação e alambique. Convidado a expôr, discursou muitissimo bem, definindo perfeitamente o phenomeno.—E já viu alguma vez o phenomeno da condensação?—Não senhor. A conversa passava-se perto de um fogão onde se aquecia agua numa cafeteira. O meu amigo levantou o testro, e mostrou o phenomeno, com muito interesse, curiosidade e admiração por parte do estudante.

«A observação de muitas pessoas que tenho consultado e a minha própria mostram-me que varias crianças, que, antes de entrar na escola primaria, se apresentavam notavelmente observadoras do que as rodeava, com memoria relativamente segura, atenção espontanea, viva, imaginação bastante activa, palavra pronta, fazendo inducções e deducções tão perfeitas quanto se podia esperar da sua idade, crianças inteligentes numa palavra, entradas naquella escola se tornavam mudas, estupidas, a breve trecho mecanizadas. O exame de milhares de crianças saídas das escolas primarias ou matriculadas já em escolas secundarias revelou-me em grande numero, na maioria delas, deploravel inferioridade intelectual, de modo que acabei por pensar que pelo menos em parte, os maus metodos de ensino primario sejam causa dessa inferioridade de que algumas se resgatam, muitas não, pelos estudos posteriores, que em numerosos casos agravam o mal» (*Estudos sobre a educação popular*, in *Tuberculose*, n.º 27, p. 197-198).

É tudo isto tem sido executado — e ha quantos anos! — com a cumplicidade dos pais! Diga-se contudo em abono da verdade que a maioria procede inconscientemente; alguns, porêm, conhecem a monstruosidade da obra mas oferecem os filhos em holocausto ao ambicionado diploma, pensamento unico da pedagogia caseira; outros sentem-na apenas vagamente. Contou-me um professor da Universidade que o seu barbeiro lhe dissera com timidez, como que receando cair em erro palmar, que lhe parecia dever o sistema metrico ser ensinado medindo, pesando, e não fazendo só contas, como o filho era obrigado a fazer na escola...

A quem cabe a maior responsabilidade dum tal estado de cousas? Ao professorado primario? Não.

A critica que, indignado, fiz perante os meus vogais, teve o seu apoio, e quando lhes expus a maneira como eu entendia que o ensino primario devia ser feito, um deles declarou-me desejar vivamente que assim lhe fosse possivel ensinar, que «o ensino tal como ele está é um martirio para o proprio professor; pois por mais esforços que ele faça não pode levar a criança a assimilar o que os programas exigem, e portanto acha-se reduzido a ter de os habilitar para exame, de facto a unica preocupação de todos, dada as exigencias dos pais e indirectamente das autoridades escolares. Quando muito ha apenas tempo para alinhar umas coisas, martelando para meter na cabeça das crianças o que é preciso para exame; e contudo elas gostam tanto de mexer nos pesos, de fazer medições, de ver as plantas do jardim! Mas não ha tempo para nada. Sentia bem que não era assim que se devia ensinar, que o

que se ensinava não estava em harmonia com a intelligencia da criança.» Ambos atribuiram a culpa dêste estado de coisas ás escolas normais, que não habilitam devidamente, á má organização e enormidade dos programas, á falta de material nas escolas, á espantosa exiguidade de vencimentos que obriga os professores a acrescentar ao seu mister um outro para não morrerem de fome.

As principais origens do mal são com efeito essas aí apontadas. Encontram-se pois fora do proprio ensino primario. Urge portanto criar uma Escola Normal, de facto, com um corpo docente habilitado, não apenas com diplomas, até hoje mentirosos, provas dum saber e duma tecnica que na realidade não existem, mas com um real saber e com uma verdadeira tecnica correspondente á função visada; urge restringir e alterar os programas; urge adquirir material adequado; urge remunerar condignamente o professorado primario; urge ainda que os pais se compenetrem das responsabilidades que lhes cabem neste lamentavel estado de coisas.

AUGUSTO REIS MACHADO.

«Um povo que com estes recursos (liberdade de palavra, de imprensa e de voto) não sabe tirar os seus negocios das mãos de quem lhos gere o mal, é um povo que ainda não chegou á maioridade, ou que já se arrasta na senilidade».

ALEXANDRE HERCULANO.

«A vida desenvolve-se *de dentro*. Para que o bem cresça, deve ser semeado no fundo das entranhas do povo, no fundo das nossas. *O verdadeiro bem para cada um de nós é o esforço*, o valor moral. A forma esmola da beneficencia supõe sempre passividade... Queremos comungar com o maior numero possivel de homens num ideal de cujo valor estamos certos, queremos fazer-lho ganhar *pelo seu proprio suor*».

PAULO DESJARDINS.

«A democracia é para nós a organização social que tende a elevar ao máximo a consciencia e a responsabilidade cívica de cada um».

SANGNIER.

«O dever do homem de Estado é efectuar por meios pacíficos o que faria uma revolução por meios violentos».

LORD BEACONSFIELD.

«Visando a coisas impossiveis obteem-se por fim grandes coisas possiveis que de outra forma nunca atingiríamos».

SAINTE-BEUVE.

COMENTARIOS

Factos e Ideas

Sinais de desorientação. O monumento ao marquês de Pombal. — Este inacreditavel caso do monumento a Pombal, *elevado por liberaes, e em nome da liberdade (!)* é um simbolo da desorientação estupenda, do vazio em que se agita toda a nossa vida social, intelectual e politica. O fenomeno demonstra, como tantos outros, a que extremos de decomposição senil chegou a intelectualidade portuguesa, a que loucuras de parcialismo, a que atoleiros de ignorancia. Insiste-se numa estatua ao mais repelente tirano que aqui surgiu, ao espostejador do clero, nobreza e povo, ao proclamador e defensor do perfeito Absolutismo, ao apologista máximo do Santo Officio, — sempre como liberal, e em nome da Liberdade! E' perfeitamente caricato, monstruoso, inacreditavel, mas é verdade. Alega-se que expulsou o Jesuita; *mas expulsou-o como inimigo do Absolutismo; como monarcómaco, liberal, republicano; expulsou-o como defensor da soberania popular.* Quem tiver a menor dúvida sobre o que afirmamos, folheie a *Dedução cronologica*, divisão XII, principalmente nas pag. 633, 634, 635, 643, 646... Se houvesse forçosamente de escolher entre os dois, e *por liberalismo*, aos democratas portugueses só restava uma decisão: levantar a estatua ao Jesuita. Nós, liberaes e democratas, repelimos ambas, e pedimos outra.

Com efeito, se há povo que devesse saber qual o monumento a erigir num lugar de destaque como é a Rotunda; se há povo que tenha uma grande obra colectiva, eminentemente nacional e larguissimamente humana, e que neste momento a não devesse esquecer, — esse povo é o português. A obra, todos o sabem, foi a expansão maritima que abriu a terra, nos seculos xv e xvi, á colonização dos Europeus, — obra que infelizmente realizámos em condições e com um espirito ruinosos para nós, mas que não obstante foi fecundissima para a humanidade, grandiosa, característica, importantissima, e que marca um momento decisivo na historia universal.

Para erigir esse monumento poderíamos unir-nos todos nós, de qualquer filosofia, partido ou classe social que cada um fôsse: porque sendo colectiva essa obra e completamente nacional, todas as faces da Nação se achariam nela representadas, todas as classes e modos de ser: os principes e os marujos; os guerreiros e os missionarios; os poetas e os scientistas; os comerciantes e os historiadores. Foi a obra do Infante e de D. João II; de Pero de Alemquer e de João de Lisboa; de Vasco da Gama e de Magalhães; de Albuquerque e de Duarte Pacheco; de S. Francisco Xavier e de Anchieta; de Pedro Nunes e de Garcia da Orta; de Camões e de Cortereal; de Fernão Gomes e de Lançarote; de João de Barros e de Gaspar Correia. O artista que nos memorasse a antiga obra colectiva integraria a Arte, finalmente, no profundo da vida nacional, SE COM ELA SUGERISSE AO NOSSO ESPIRITO A NECESSARIA OBRA

COLECTIVA A REALIZAR NOS DIAS DE HOJE: a do Ressurgimento português; e em lugar de um acto estúpido de sectarismo, anti-nacional e anti-democratico, haveria, nesse sitio privilegiado da nossa terra, uma idéa altíssima de Concordia. Chegou o momento de se compreender essa obra de Concordia? Cremos que sim; esperamos que sim; se não fôsse agora, quando seria? A loucura colectiva não pode durar indefinidamente. — A. S.

*

Mais desnorteamento. Extensão universitária e conferencias para o povo. — Decidiram alguns alunos da Faculdade de Letras promover conferencias, como obra de extensão universitária, para munir o nosso povo com os conhecimentos da sciencia. Não podemos senão louvar (e, em Portugal, com verdadeira admiração) a vontade generosa que impele a mocidade a intervir junto do povo, a fazê-lo beneficiar do seu saber e do seu esforço. E exactamente porque a intenção é louvavel, e admiravel, devemos comentar e discutir o acto. A idea, repetimos, é magnifica; mas a realização demonstra que os estudantes não receberam das escolas onde, durante tantos anos, aprenderam o que ensinam, uma concepção da sciencia á altura da magnanimidade que revela o seu espirito. Aqueles que tem alguma idea da vida, do character da sciencia e da sua historia, das relações do saber com a existencia humana, compreenderão imediatamente onde queremos chegar quando dissermos que os estudantes, neste momento agudissimo e decisivo da enfermidade nacional, interveem junto do povo para o esclarecer... sobre os eruditos esconsos da Filologia e da Linguistica! Abrimos o *Noticias*, e vemos a cada canto a crise de subsistencias, a situação angustiosa de tantas classes, as greves, a pistola, a dinamite, a ameaça da fome e da guerra civil, o espectro desvairado de uma Rússia ocidental; voltamos a folha, e sabemos que ás gentes ameaçadas de fome, de guerra, de anarquia, vai falar a mocidade; e vai falar-lhes, para lhes dizer disto:

Filologia e a linguistica. Criterios diferenciais (Bossuet, Littré, Howlacque, Dauzat). Exemplificação: as obras de Dauzat e de Crobar. O testemunho do sr. Leite de Vasconcellos. A comparação de Schleicher e suas deduições doutrinarias. A Regra, a Excepção e a Lei de Curtius e Cliquemois. A obra de Nidermann. Natureza do fenomeno linguistico (Hermann Paul). Leis linguisticas. Unidade subjectiva da palavra e unidade objectiva da linguistica. Paralelismos. A linguistica e as sciencias da Natureza.

Mas, mocidade da minha terra: ¿para que serve ao geral dos homens o saber? para que se mune o povo com os conhecimentos da sciencia? ¿Ninguem vos disse ainda que a oferta de saber deve corresponder a uma procura? que ela deve *satisfazer uma necessidade*? que a sciencia, se é digna do vosso culto, é porque se não reduz a um divertimento de ociosos, a um bricabraque para iniciados, mas *constitue uma função social*, impulsionada pelos problemas e necessidades sociais? ¿Ninguem vos disse que ela tem sido um instrumento das aspirações religiosas, politicas, economicas, sentimentais da Humanidade? A sciencia interessa os povos, interessa o Homem, a parte humana, geral, de cada um, na medida em que esclarece os problemas da nossa vida. Ora, neste momento as deduições doutrinaes de Schleicher e a lei de Curtius

não elucidam os problemas do povo português. Na Suíça e na Austria-Hungria, por exemplo, há varias linguas; aí a questão das linguas pode ser uma questão de vida. Se amanhã com a discussão das linguas puderdes ajudar o povo português a resolver uma dificuldade, suponhamos, com um povo estranho, fazei ouvir no momento da crise a prelecção linguistica conveniente: nós vos escutaremos e bendiremos. Mas hoje, mocidade nobre, a Nação portugueza quer saber disto: como evitar a anarquia? como coordenar os interesses antagonistas? como acalmar as paixões sectarias? como tornar viaveis, em Portugal, as tendencias politicas dominantes? como gerir melhor o bem comum? como reformar a educação, a moral, o espirito publico?...

Problemas morais são êsses, mocidade, problemas sociais, problemas politicos; são problemas de Humanismo; problemas para um estudante da Faculdade de Letras. E a propria erudição historica, a propria filologia, a poderieis aproveitar naqueles problemas, elucidando os nossos casos, por exemplo, com os das lutas civis de Roma, com os da democracia ateniense, com os problemas economicos da Antiguidade, com a guerra de usura que foi a de Anibal (como é aquela em que participamos). Mesmo a guerra de Troia nos serviria, se a encarasseis como fase pre-historica da questão do Oriente. Melhor seria, contudo, que vos aproveitasseis do vosso saber para estudar, de maneira directa, os problemas de hoje, os problemas *nossos*.

Não nos interessámos, nós, pelas vossas conferencias, quanto mais o povo; e ninguem como nós vos desejaria aplaudir. E' que fazer extensão universitaria não é repetir diante do público aquilo que se diz na Universidade; é fazer servir ás necessidades publicas a sciencia que fazeis e aprendeis na escola. Só dessa forma concorrereis, mocidade culta, para que termine a Burla formidavel que é a vida mental no nosso país: Burla feita pela Ignorancia letrada, audaciosa e palavrosa dos vi-deirinhos, á ignorancia modesta, paciente e resignada da Nação. — A. S.

*

Um livro para a regeneração dum povo: «La Nouvelle Cité de France», por Henri Mazel.—Nós imitámos, durante tantissimos anos, os erros da França; é bom que tomemos conhecimento das ideas de regeneração que surgem nesse país, e dos esforços para corrigir os seus vicios, semelhantes aos nossos. *La Nouvelle Cité de France*, de Henri Mazel, propõe um plano de reorganização nacional para depois da guerra. Não podendo expor, porque seria aqui deslocado, um resumo de todo o livro, daremos, por se estar em vespuras de eleição de uma Constituinte, um apanhado das ideas do autor sobre a *organização dos poderes nacionais*.

O sr. Mazel propõe o sistema da *representação proporcional* dos partidos para a constituição da *Camara dos Deputados* e do *Senado*. Este progressivo principio, já em uso na Suíça e na Belgica, está sendo tambem intensamente preconizado na Inglaterra e nos Estados Unidos. No fim de cada legislatura (7 anos) a Camara dos Deputados elegeria 100 dos seus melhores membros ¹ para fazerem parte do Senado seguinte;

¹ A Camara dos Deputados francesa conteria 500 membros.

o Senado cujos poderes acabavam nesse momento elegeria também 100 dos seus melhores membros para o mesmo efeito; e esses 200 escolheriam por cooptação 100 outros, metade entre os antigos deputados e senadores, metade entre os homens notáveis do país que ainda não houvessem feito parte dessas assembleas ¹. Os deputados não seriam reelegíveis, porisso que a preocupação da reeleição é uma das principais causas dos vícios do parlamentarismo. Quanto ao ministerio, deveria retirar-se numa data fixa, no dia 31 de Dezembro de cada ano, por exemplo ²; poderia aliás cair antes dessa data por um voto formal de desconfiança do Parlamento, mas o que o substituisse só duraria até ao fim do mesmo ano. O presidente do conselho seria um ministro sem pasta, tendo sob as suas ordens uma dúzia de auxiliares para inqueritos e estudos; agregar-se-ia alguns colaboradores de confiança, também ministros sem pasta, que formariam com ele o verdadeiro Conselho de ministros, encarregado da direcção geral dos negocios públicos; os ministros com pasta poderiam nessas condições ser technicos, escolhidos pela sua competencia e não pela sua côr politica. Em resumo: um directorio solidariamente responsavel perante o Parlamento, constituido por uns cinco ministros politicos sem pasta, e perante o qual seriam individualmente responsaveis os ministros technicos com pasta.

Os antigos deputados e os antigos senadores que não houvessem sido escolhidos para o Senado seguinte constituiriam a *Camara consultiva dos antigos deputados* e a *Camara consultiva dos antigos senadores*. Haveria duas outras Camaras consultivas: a *Camara consultiva economica*, composta de agricultores, industriais e comerciantes, e a *Camara consultiva do trabalho*. Destas 4 Camaras, as duas primeiras fiscalizariam as despesas orçamentais, a terceira occupar-se-ia sobretudo de desenvolver a produção, a quarta consagrar-se-ia a aplanar os conflitos entre operarios e patrões.

Relacionado com o poder central criar-se-ia uma importante organização de governo regional, com *Parlamentos provinciais* que tomariam uma parte das atribuições que actualmente competem ao Parlamento nacional. Os Parlamentos provinciais compor-se-iam de duas camaras como o Parlamento nacional, recrutadas segundo os mesmos princípios (representação proporcional, etc). Em cada capital de região haveria além disso três *Camaras regionais consultivas*, uma de agricultura, outra do commercio, outra da indústria. Acima dos Parlamentos provinciais subsistiriam os *Conselhos gerais*.

O Parlamento nacional conservaria entre as suas atribuições tudo que diz respeito á defesa nacional, ás relações exteriores, á divida publica, aos tratados de commercio, ás tarifas aduaneiras; pelo que respeita aos serviços do interior, justiça, agricultura, comércio, instrucção pública, etc., o Parlamento nacional delegaria nos Parlamentos provinciais tudo quanto pudesse.

O livro compõe-se dos seguintes capitulos: I A vitalidade nacional; II Restauração moral; III Educação pública (grande apologia da educa-

¹ O Senado francês compor-se-ia pois de 300 senadores.

² De 1870 a 1900, a duração média dos ministerios francêses foi de menos de um ano.

ção tecnica e do trabalho manual em todos os graus do ensino); IV Reorganização economica; V Reforma administrativa; VI Reforma judiciaria; VII Organização dos poderes locais; VIII Organização dos poderes nacionais. Conclusão.

Acabaremos pela citação de algumas frases interessantes:

«A politica partidaria é a causadora de quasi toda a infelicidade dos homens, e nada fez para a felicidade dêles» (p. 35). «A preguiça tornar-se-ha cada vez mais o grande pecado dos povos, e os que não trabalharem intensamente reduzir-se-hão pouco a pouco a servos dos outros» (p. 140). «A concepção politqueira do nosso regime politico fez que desde há muito entre nós a arte de governar não é a de fomentar as forças produtoras do país, de reger os serviços para o bem público, de garantir a cada cidadão o máximo de segurança e de liberdade: é a arte de conquistar o dominio sobre os outros e de o conservar» (p. 160). «Tudo se liga num regime de espirito politqueira. O ministerio depende da maioria da Camara, que depende das maiorias eleitorais locais, que dependem das subvenções, favores a nomeações, que dependem por sua vez do ministerio. Ha pois um circulo perpetuo de favores... Sabeis a que tendem todas nossas leis financeiras, militares, sociais, politicas? a assegurar a reeleição da maioria!» (160-1).

NOTA. — *Cremos que na actual situação portuguesa é muito de recomendar uma applicação do principio acima exposto quanto á constituição do ministerio, quere-dizer: ministros tecnicos (especialistas, competentes) sem character politico nem responsabilidade politica, e ministros politicos sem pasta. Estes ultimos não necessitariam de ser especialistas; aqueles não perderiam tempo com problemas meramente politicos.* — A. S.

*

Bibliografia. — *Contra um plagio do dr. Teofilo Braga*, pelo dr. Ricardo Jorge, Lisboa, 1917, Livraria Classica editora, xci-165 pg.; *Do que o fogo não queima*, por Jaime de Magalhães Lima, Porto, 1918, xiii-89 pg.; *A nossa casa*, por Raul Lino, Lisboa, Atlantida, 63 pg.

O sr. Ricardo Jorge dá-nos um livro que é ao mesmo tempo uma obra de justiça social, um documento sobre a historia intelectual do país durante os ultimos cincoenta anos, e talvez a obra prima da prosa portuguesa na polemica viva, retalhante e caustica. Estas paginas impedem a joven geração de condenar completamente a do autor por comodista cumplicidade numa mistificação de que foi vítima, durante dez lustros, o atraso mental dos Portugueses, e atenua um pouco perante o estrangeiro a figura ridicula a que se resignava, aceitando o facto, a elite intelectual do nosso País. Uma obra, portanto, por muitos motivos benemerita, que todos nós devemos ler, admirar e agradecer.

O belo folheto do sr. Jaime de Magalhães Lima contém, numa primeira parte, uma defesa nobre e eloquente do idealismo humanizante e do internacionalismo, onde só temos que elogiar a elevação moral, a inspiração generosa e a justeza das ideas; não concordamos porém com a unilateralidade de certas criticas da segunda parte do opusculo, bem como com a defesa, que aí se faz, de um regresso á «educação classica». E' em grande parte justo, e sempre simpatico, o condenar a ânsia de produção

do mundo moderno, e preconizar a pobreza, a restrição das necessidades, a moderação platoniana, ao mesmo tempo que se elogia o amor do Belo, a liberdade do espírito, o gozo das ideas altas ¹: mas... cumpre talvez considerar mais elementos, examinar os fins mas também os meios. Não se resolve um problema omitindo sistematicamente algumas das suas condições; nos problemas humanos é necessario ver tudo. «Se queres caminhar para o infinito», dizia Goethe, «caminha no finito em todos os sentidos». Já Vigny, um dos poetas de espirito mais sublime e supra-mundano, denunciava o quimerico do ideal de pobreza aliada ao asseio, á beleza, ao pensamento livre, á dignidade perfeita. O certo é que para que um numero sempre crescente de individuos possa participar de certa nobreza e plenitude de vida espiritual, se torna necessario produzir muito, muitissimo mesmo. O erro da nossa epoca não é portanto a vontade de criar riqueza e de alargar a sciencia com êsse fito; é o não ter sempre a noção do que tudo isso é um meio, para este fim: aumentar o numero das criaturas que podem participar de uma vida superior. Não condenemos portanto a riqueza; prèguemos a sua justa applicação. E' tão erroneo excluir os meios materiais do progresso como negar os seus fins ideais.

Outro ponto em que, como dissemos, não concordamos, é o seguinte: dado que aquilo a que se chamou «educação scientifica» não satisfaz ao objecto da educação, ² o sr. Magalhães Lima, com varios distintos escritores, deseja um regresso á educação classica, á latinidade, «aquela antiga e segura estrada pela qual a Renascença caminhou». Esta maneira espectralista de pensar pressupõe duas hipoteses: 1.^a, a impossibilidade de criar um terceiro e novo sistema educativo, especialmente adequado á nossa epoca; 2.^a, que essa educação classica que nos aconselham a copiar tem um valor absoluto, e não simplesmente relativo á epoca que a criou, ás necessidades, ao espirito e ás condições sociais da Renascença. São duas hipoteses que cremos ter demonstrado, algures, serem falsas. ³ Para novos problemas, soluções novas. A educação classica é das coisas que o fogo do tempo já queimou; não o lamentemos, porque inventaremos outra ⁴; sintamos no nosso espirito que o espirito humano

¹ Não se argumente com a Antiguidade. O mundo antigo, que cita e admira o sr. Magalhães Lima, tinha toda a Beleza assente na escravidão; ora, para transformar o escravo antigo no operario inglês de hoje é necessaria a produção de uma riqueza formidavel. ¿Como apreciariamos nós a Antiguidade se tivéssemos a sua historia escrita, não pelos homens livres e sob o influxo das suas obras, mas sim pelos escravos e no ponto de vista dos escravos? ¿Por outro lado, que seria a historia contemporanea se só fosse feita no ponto de vista da alta burguesia e sem influencia alguma do ideal cristão? Cremos que o prestigioso escritor não toma bastante em conta êstes factos.

² Fizemos uma critica da «educação scientifica» no artigo *Sciencia e Educação (Aguia)*.

³ Nos artigos *Espectros (Atlantida)* e *Sciencia e Educação (Aguia)*.

⁴ Um dos principios da pedagogia actual é que *todo* o assunto pode ser ensinado humanamente, e não só as antigas humanidades. Para os pedagogistas, a questão não gira sobre o assunto a estudar (latim ou quimica, por exemplo) mas sobre *metodos* de educação, igualmente applicaveis numa aula de quimica e numa aula de latim. O educador deve considerar as sciencias fisicas como o estudo das condições materiais da acção humana, — da libertação do espirito, do progresso de consciencia. Feito deste modo, o estudo da sciencia de um Pasteur não tem menos valor humanista que o das obras de um Vergilio, de um Tacito ou de um Platão.

não perdeu, por enquanto, as suas faculdades de criação. Pretender regressar, seja ao que fôr, é admitir a esterilidade do espirito.

O sr. Raul Lino tornou-se especialmente conhecido do publico como o representante mais caracteristico da tendencia para a renacionalização, digamos assim, da casa portugueza. Ninguem mais do que nós aprecia e estima a sua obra, aplaude e defende êsse movimento; e porisso mesmo desejamos insistir sobre o seu significado verdadeiro, que vemos por aí muito mal interpretado, em virtude desta pecha muito nossa de apanhar só, quasi sempre, o exterior e o pormenor das coisas. Quem ler *A nossa casa* verá a cada pagina preconizar ou reprovar certas práticas em nome da *lógica*, do *bom senso*, da adequação ao clima, ao terreno, á psicologia do proprietario; por outro lado, o sr. Lino não se peja de recomendar certos costumes estrangeiros, certos exemplos da Inglaterra, sempre que são inteligentes e são práticos, — como o *hall*, o *parlour*, o cantinho da mesa em substituição das grandes casas de jantar nas habitações mais modestas, etc., etc. «Não se trata de um impulso romantico para velharias», insiste o artista: «é um regresso ao *bom senso*... Enumeremos alguns traços architectonicos que são de todo recomendaveis, repelindo outros *por ilógicos*... E' *logico* que se construa no estilo da região... Faz-se isto sem esforço, só porque é *logico* que assim se proceda... A architectura tem sobre todas as outras artes mais livres, a grande vantagem de nunca poder ficar divorciada da *lógica*¹... Quando construimos uma casa de novo, para que nos seja tão querida logo desde os primeiros meses em que a habitamos, é preciso que pela sua disposição ella corresponda perfeitamente á nossa maneira de viver... O mais agradável que pode haver numa casa é o adivinhar-se pelo exterior e perceber-se pelo interior que ella foi feita á medida das ideas sensatas do seu dono... A architectura das nossas casas é assunto sério de mais para nos comprazermos em fantasiar decorações historico-scenograficas, sem uma razão de ser apoiada na vida que nos cerca». Em outras paginas, vemos o architecto protestar contra certas tradições portuguezas, opondo a essas tradições os usos contrarios da Inglaterra.

Mas adoptar a idea do *hall*, por exemplo, não quer dizer que copiemos a forma do *hall* dos Ingleses. Pelo que respeita ás boas lições do *estrangeiro*, o nosso pensamento director deve ser adaptar *ideas* quando convenham, e não copiar *formas*²; ora, se bem cuidarmos, veremos que é esta a mesma norma que nos cumpre seguir em relação aos bons exemplos da tradição *nacional*. A tradição não é boa em si: há boas e más tradições, e o grande erro, em que temos frequentemente caído, é não modificar as segundas e deixar que se esqueçam as primeiras. Mas destas, das boas tradições, é o *espirito* que convêm conservar. Em nenhum caso portanto, o nacionalismo se impõe como principio básico, mas como consequencia eventual dos verdadeiros principios soberanos: o da logica, ou do bom senso, por um lado, e por outro o da inspiração directa na Natureza, fisica, psicologica e social.

¹ Rigorosamente, as outras artes tambem o não podem; pode sim haver nelas *tentativas* ilógicas; mas não vingam.

² Os estrangeirismos de que nos queixamos são casos de copia de simples formas ou apparencias cujo espirito se não compreendeu.

O sentimento e a logica, a inspiração e o bom senso, a sinceridade e a harmonia, a Fúria e a Ordem¹, são as duas qualidades que, reunidas, fazem a obra superior. Se, com isto, o artista souber sentir e compreender a realidade social em que mergulha, a obra será boa e nacional na melhor acepção desta palavra. Nada mais mesquinho do que restringir o artista o seu campo de visão, a sua cultura, a sua sinceridade profunda e a sua forte compreensão, fechando-se em certas receitas formais, imitações da moda antiga, só para dar côr nacionalista a uma criação que deve ser livre. O mais nacional dos nossos escritores, Camões, é o menos nacionalista, na sua arte, de todos êles.

A virtude suprema da obra de arte há-de estar sempre na criação; as regras de escola são um elemento negativo, que é grande loucura considerar como idea superior, quer se busquem essas regras nos nossos avós e no nosso passado, na nossa arte popularizada (não cremos que exista no mundo grande arte popular) quer se busquem na imitação de modelos estrangeiros. Imitar o indigena é ainda imitar, com o inconveniente adicional de tornar mais monotona a nossa arte. O temperamento do artista; a inspiração directa na Natureza (interna e externa) quer dizer, a sinceridade; uma cultura o mais larga e universal possível; a compreensão da realidade social ambiente; o senso da harmonia (que o mesmo é que o espirito logico); e finalmente uma tecnica consumada, — são os verdadeiros factores da verdadeira arte, de que o caracter nacional é tão sómente um resultado, como um bom aspecto de saude deve ser o resultado de uma boa saude. O chalet não é mau porque veio do estrangeiro, mas por ser ilogico em Portugal; por ser aqui falso, estúpido, desharmonico com o nosso ambiente. Não me digais que é desharmonico, falso, ininteligente no nosso país, por ser estrangeiro; dizei antes que o sentimos estrangeiro por ser ele desharmonico, falso e ininteligente na nossa terra, — e a prova, é que há estrangeirismos que não parecem sê-lo. Consideremos a realidade portuguesa com um espirito profundamente humano; a compreensão do nacional é coisa seriíssima; a mania do nacionalismo é uma pura futilidade. Se o gôsto português decaiu, não foi por influencia estrangeirista: foi porque o nivel moral e intelectual baixou; suscite-se no país uma séria vida intelectual, capaz de compreender profundamente as realidades da Nação, e abandone-se a infantilidade de disfarçar e «caracterizar», á força de carmins nacionalistas, um organismo espiritual tão pálidozinho e anemiado. A maneira razoavel de erguer uma arte nacional é aprofundar, e alargar, o espirito dos artistas portugueses: procuremos a força intima, o sangue vivo, não nos agarremos a uma fórmula como se fosse uma panacea. A obra e a acção do snr. Lino não são boas e louvaveis por serem nacionalistas; são boas — e nacionais — por serem sinceras e serem lógicas. — A. S.

DOS INDIVIDUOS A QUEM FOI ENVIADO O
PROGRAMA DESTA REVISTA, A ADMINISTRAÇÃO
SÓ CONSIDERA ASSINANTES AQUELES QUE
LHE COMUNICARAM QUE DESEJAVAM SE-LO.

¹ «Fúria» no sentido de Camões: «Dai-me uma fúria grande e sonora»...

VIDA E TRABALHOS DA LIGA

A Liga de Acção Nacional; a sua fundação e os seus fins

Desde a publicação do programa de *Pela Grei* as ideas directrices que nele exprimiamos obtiveram um apoio decisivo na fundação da LIGA DE ACÇÃO NACIONAL, que, aprovando esse programa, escolheu para seu órgão a nova revista.

Este facto exige um esclarecimento.

Os fins da revista são os fins da LIGA, mas a revista não terá só por colaboradores os que forem socios da LIGA, e não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos publicados, mesmo quando os autores sejam seus socios, a não ser que escrevam em nome dela; manteremos o nosso plano de publicar opiniões e alvitres de pessoas competentes; dêsses alvitres, porém, a LIGA só tomará os que entender.

Pelo que concerne aos fins da LIGA, ela, inspirando-se na GREI, procurará por seu turno organizar as forças de opinião, tornando-a apta e decidida a fazer-se ouvir e respeitar. Tem-se manifestado ultimamente no País, de maneira bem visível, o desejo de uma politica nacional como nós a preconizamos, de uma tentativa séria de ressurgimento; mas êsses desejos nada pesam, a nada levam, se não forem devidamente organizados. A Nação *deseja* uma politica nacional, a Nação *pede-a*; mas *desejar* e *pedir* uma politica nacional é um absurdo; uma politica nacional é preciso que a Nação a *queira*, que a Nação a *faça*. Relewa transformar o *sentimento* público numa VONTADE firme e efectiva, capaz de inspirar a qualquer governo a politica conveniente; importa enquadrar os individuos numa forte organização, apta a iniciar e realizar as reformas indispensaveis; urge convencer as classes superiores da necessidade de trabalharem immediatamente pela prosperidade, pelo bem-estar, e pela educação do nosso povo; impõe-se, em resumo, que a Nação se governe a si mesma, que tome a direcção bem real da sua vida e do seu destino.

Há quem assente as suas esperanças na ultima convulsão politica, sustentando assim uma ilusão antiga. As convulsões dessa ordem oferecem um estimulante, e só isso; nem mais do que isso poderiam fazer. E' muito? é pouco? Pode ser muitissimo, se a Nação o *quiser*; mas há-de vir a ser nada se continuarmos nos simples *desejos*, nas esperanças vagas, no messianismo inerte.

A LIGA, que está já trabalhando activamente, vai fazer distribuir o seguinte prospecto, acompanhado de um boletim de inscrição:

«Os abaixo-assinados dirigem-se a todos os Portugueses, convencidos da necessidade da acção imediata de quantos são capazes de encarar conscientemente a situação actual, para evitar uma catástrofe irremediavel da sociedade portuguesa. A vida da comunidade não pode continuar á mercê do acaso e do choque dos interesses cegos de uns, das doutrinas falsas de outros, das paixões estreitissimas dos sectarios de todas as côres, e da inercia absurda (assente numa esperança messianica ou na descrença absoluta) da maioria. E' indispensavel criar um movimento de reforma e uma opinião pública sobre os problemas concretos nacionais, opinião que os homens de boa vontade procurem fazer pesar no ânimo dos governantes, nas classes e nos partidos, em todos os elementos emfim que influem na vida da Nação. Não ha messias, não ha salvadores possiveis: só a Grei se pode salvar a si mesma, regenerando-se, fiscalizando os actos do Estado, impondo-lhe a defesa dos interesses nacionais acima de todos e quaisquer interesses de grupos restritos de individuos, chamando-o á sua função de coordenador e zelador das actividades criadoras da Nação, e auxiliando-o no cumprimento desse dever. Confiados em que todos aqueles a quem nos dirigimos quererão associar-se a nós para este objectivo, submetemos á sua consideração o seguinte extracto dos estatutos da LIGA:

FINS. — E' constituída com o titulo de LIGA DE ACÇÃO NACIONAL uma agremiação de cidadãos portugueses e de associações aderentes com o fim de imprimir uma vida nova de trabalho produtivo á sociedade portuguesa, promovendo a transformação moral,

a refundição de todo o ensino, o fomento económico (incluindo novos processos de colonização) a reorganização financeira, a educação cívica e as reformas sociais, no sentido de uma política nacional que, resolvendo a crise presente, garanta a independência, a prosperidade e o progresso da Nação, e permita realizar o máximo de condições favoráveis á plena e legítima expansão das actividades individuais.

Esta agremiação não tem carácter político partidário nem religioso confessional; manter-se-há independente do Estado e dos governantes, por ser essa a melhor maneira de bem inspirar o Estado como representante e coordenador, que deve ser, das actividades sociais, e zelador dos interesses colectivos da Nação.

MEIOS DE ACÇÃO. — Para conseguir os fins indicados, a Liga empregará como meios todos os processos de propaganda e acção legal que julgue adequados e de oportunidade, tais como: publicações; estudos e discussão de reformas sociais para o progresso organico, económico, moral e político da colectividade; conferencias; representações junto dos poderes públicos; cooperação com outras associações; congressos; inquéritos; comemorações historicas, etc.

ORGAO. — A LIGA terá por órgão uma revista destinada a fazer a propaganda dos seus intuitos e da sua obra.

AREA. — A área da LIGA compreende todo o território que constitui a Nação e os pontos do estrangeiro onde haja colónias de portugueses.

ORGANIZAÇÃO. — A organização da LIGA compreende uma Junta geral, Juntas regionais, Juntas locais, Associações aderentes, Nucleos e Secções no Estrangeiro.

CATEGORIAS DE SOCIOS: *Fundadores* — Joia 1\$50, quota igual á dos socios ordinários. *Doadores* — Quota annual 40\$00, ou uma doação mínima de valor não inferior a 200\$00 por uma só vez. *Beneméritos* — Os que prestem á LIGA relevantes serviços. *Ordinários* — Quota mensal mínima de 20 centavos ou moeda estrangeira equivalente. *Aderentes* — Quota mensal mínima de 5 centavos. *Associações aderentes* — Quota mensal mínima de \$50.

Entre os individuos que assinam este prospecto como fundadores da LIGA contam-se, até ao momento em que escrevemos, os srs. PEDRO JOSÉ DA CUNHA, Reitor da Universidade de Lisboa, Presidente da LIGA; F. REIS SANTOS, Assistente da Faculdade de Letras e Secretario Geral da Liga; ANTONIO SERGIO DE SOUSA, Escritor, Publicista, Secretario Geral da LIGA e Director da revista *Pela Grei*, órgão da LIGA; ADOLFO SENA, Professor do ensino secundario; ALBERTO ZAGALLO FERNANDES, Estudante do Inst. Sup. de Commercio; ALBINO RODRIGUES, Governador da Comp. Geral do Credito Predial Português; ANTONIO ARROYO, Escritor e Inspector do ensino elem. industrial e comercial; ANTONIO DE ABREU GRAÇA, Professor de ensino primario; ANTONIO P. DA S. E BOURBON, Advogado; D. ANTONIO DE LENCASTRE, Medico; ANTONIO MARIA DE OLIVEIRA BELLO, Comerciante; ANTONIO MARIA PEREIRA, Estudante do Inst. Sup. de Commercio; ARTHUR CASTILHO, Engenheiro agronomo e Director da revista *Agros*; AUGUSTO CELESTINO DA COSTA, Prof. da Faculdade de Medicina; AUGUSTO REIS MACHADO, Prof. do ensino secundario; AURELIO QUINTANILHA, Estudante da Fac. de Sciencias e Director de instrução na Federação Academica de Lisboa; CAETANO MARIA BEIRÃO DA VEIGA, Professor e Subdirector do Instituto Superior de Commercio, Professor do Instituto Superior Tecnico e Actuario; CARLOS DA CUNHA COUTINHO, Engenheiro agronomo (Lovaina); CONSTANTINO JOSÉ DOS SANTOS, Advogado (Londres); DR. EMILIO INFANTE, Agricultor; JAIME DE MAGALHÃES LIMA, Escritor; JOÃO CESAR FONTES, Estudante da Faculdade de Direito; JOÃO PERESTRELLO, Engenheiro; JOÃO DA SILVA, Escultor e medalhista; FRANCISCO ANTONIO CORREIA, Director do Inst. Sup. de Commercio e Inspector das Alfandegas; FREDERICO FERREIRA PINTO BASTO, Agricultor; HENRIQUE JOSÉ MONTEIRO DE MENDONÇA, Proprietario colonial; GEN. JOAQUIM JOSE MACHADO, Colonial; J. CARDOSO GONÇALVES, Director da Academia de Estudos Livres; JOSÉ ERNESTO DIAS DA SILVA, Presidente da Federação do Mutualismo; JOSÉ GONÇALO DE SANTA RITTA, professor da Escola Colonial; JOSÉ MARIA GONÇALVES, Tipógrafo; JOSÉ DE OLIVEIRA SOARES, director do Banco Comercial de Lisboa; MARK ATHIAS, Professor da Faculdade de Medicina; MARTINHO NOBRE DE MELLO, Professor da Faculdade de Direito; PERFEITO DE CARVALHO, Tipógrafo; RAUL NEVES DIAS, Tipógrafo; RAUL PROENÇA, Escripitor e Bibliotecario da Biblioteca Nacional; RICARDO ROSA E ALBERTY, Professor do ensino primario; RUY ENNES ULRICH, Director do Banco de Portugal; SEBASTIÃO DA COSTA SACCADURA, Inspector geral da Sanidade Escolar; SEBASTIÃO JOSÉ DA COSTA, Oficial da Armada.